

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

ROSANE FERNANDES DE SOUSA GURGEL

**AGRICULTURA FAMILIAR E ASSESSORIA TÉCNICA: UMA ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA NO TERRITÓRIO
SERTÃO DO APODI/RN**

MOSSORÓ/RN
2016

ROSANE FERNANDES DE SOUSA GURGEL

**AGRICULTURA FAMILIAR E ASSESSORIA TÉCNICA: UMA ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA NO TERRITÓRIO
SERTÃO DO APODI/RN**

Dissertação apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, como requisito para obtenção do título de mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. **Emanoel Márcio Nunes**

MOSSORÓ/RN
2016

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

G978 Gurgel, Rosane Fernandes de Sousa .
Agricultura familiar e assessoria técnica: uma
Gura análise da experiência do Projeto Dom Helder
Câmara no Território Sertão do Apodi/RN / Rosane
Fernandes de Sousa Gurgel. - 2016.
105 f. : il.

Orientador: Emanuel Márcio Nunes .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Ambiente, Tecnologia e Sociedade, 2016.

1. Assessoria Técnica. 2. Agricultura
Familiar. 3. Desenvolvimento Sustentável. I. ,
Emanuel Márcio Nunes, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

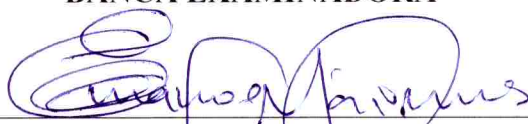
ROSANE FERNANDES DE SOUSA GURGEL

**AGRICULTURA FAMILIAR E ASSESSORIA TÉCNICA: UMA ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA NO TERRITÓRIO
SERTÃO DO APODI/RN**

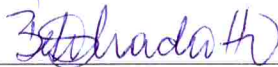
Dissertação apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido -
UFERSA, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Ambiente,
Tecnologia e Sociedade.

Aprovada em: 27 / 10 / 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Emancel Márcio Nunes – UERN
Presidente e Orientador



Prof.ª Dr.ª Elisabete Straditto Siqueira – UFERSA
Membro Examinador interno



Prof. Dr. Vinícius Claudino de Sá – UERN
Membro Examinador externo

“O amor é paciente, o amor é bondoso. Não inveja, não se vangloria, não se orgulha. Não maltrata, não procura seus interesses, não se ira facilmente, não guarda rancor. O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três; porém o maior destes é o amor”.

(I Coríntios 13, 4-7. 13)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por tudo, por todos os dias, pelo dom da vida, por todas as conquistas, pela saúde ao acordar a cada manhã, por minha família maravilhosa e por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe Terezinha Fernandes de Sousa, que me criou e orientou meus passos com muito esforço e perseverança na fé e que com sua coragem e dedicação, será sempre o meu exemplo de dignidade e amor incondicional.

Ao meu padrasto Manoel Soares pelo carinho e atenção dedicada a mim e a toda a nossa família.

Aos meus irmãos Camila Pamplona e Laudemiro Soares por serem parte essencial da minha existência e por juntos dividirmos momentos especiais de muita união e alegria.

Ao meu amor Robson Gurgel, que nunca me deixou sozinha e sempre acreditou em mim, até mais do que eu, sendo o melhor companheiro que Deus poderia me dar nesta jornada terrena.

As minhas filhas Ana Tereza e Ana Clara, meus presentes de Deus, por tornarem os meus dias mais alegres e por serem o melhor pedaço de mim, me ensinando o verdadeiro sentido do amor sem limites e a importância de cada dia.

Ao meu orientador Emanuel Doutor Márcio Nunes por todo o seu apoio e carinho nessa etapa tão importante da minha vida e pelas palavras constantes de sabedoria.

A Professora Doutora Elisabete Stradiotto Siqueira, uma mãe e amiga que encontrei na academia e quero levar para toda a vida, por tamanha dedicação e incentivo, e por todo o exemplo que me passa diariamente como cidadã e docente exemplar.

A banca de defesa examinadora, Prof. Doutor Emanuel Márcio Nunes, Profa. Doutora Elisabete Stradiotto Siqueira, Prof. Doutor Vinícius Claudino de Sá e Prof. Doutor Josivan Barbosa Menezes Feitoza que prontamente atenderam a nossa solicitação em participar desse momento importante de aprendizado e conhecimento.

A professora Doutora Edna Lúcia da Rocha Linhares pelo incentivo constante e por todo o apoio na busca da aprovação e conclusão deste mestrado, cujas palavras significaram muito.

Aos professores e a todos os colegas do mestrado, pessoas especiais que tive o prazer de conhecer e compartilhar bons momentos de alegria, saber e experiências.

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSESSORIA TÉCNICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA NO TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI/RN

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema a assessoria técnica ofertada aos agricultores familiares pelo Estado no Rio Grande do Norte. As pessoas que se dedicam a agricultura e habitam o território Sertão do Apodi/RN, localizado no semiárido do nordeste brasileiro, convivem diariamente com as adversidades climáticas, altos índices de pobreza e precipitações pluviárias mal distribuídas. Na tentativa de minimizar os impactos negativos desta realidade a assessoria técnica pode se constituir em uma possibilidade de superação de dificuldades. Buscando contribuir para a formulação de um modelo que atenda mais fielmente as necessidades dessa população, este trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise comparativa entre o modelo de assessoria técnica convencional da EMATER e aquele desenvolvido pelo Projeto Dom Helder Câmara - PDHC em Assentamentos e Comunidades rurais do Território Sertão do Apodi/RN, avaliando a percepção dos beneficiários sobre ambos e, ainda, identificar a existência de tecnologias sociais diferenciadas dos pacotes tecnológicos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental. Os dados foram obtidos em relatórios do PDHC, FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura) e manuais de operações dos locais de pesquisa, visitas a Unidade Local de Supervisão – (ULS) do PDHC no Território Apodi (TSA) e pesquisa de campo. Foram realizadas 69 entrevistas guiadas por um roteiro semiestruturado com lideranças do Território Apodi, instituições executoras e/parceiras e beneficiários diretos tanto da ATER do PDHC quanto da EMATER. Os resultados da pesquisa, após a análise comparativa, embora apontem um melhor desempenho do PDHC, sobretudo na metodologia de atuação, na estrutura disponibilizada e na composição e atuação das suas equipes técnicas, também revelam a necessidade de melhorar os serviços efetivos e as políticas de assessoria técnica disponíveis no território, considerando a experiência de projetos experimentais como o PDHC, condizentes com os saberes locais dos agricultores e com tecnologias apropriadas a realidade da região semiárida.

Palavras-chave: Assessoria Técnica. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Sustentável.

**FARMING FAMILY AND TECHNICAL ASSISTANCE: AN ANALYSIS OF
PROJECT EXPERIENCE DOM HELDER CÂMARA AT SERTÃO TERRITORY
FROM APODI / RN**

ABSTRACT

This research has as its theme the technical assistance offered to farmers by the state of Rio Grande do Norte. People who are dedicated to agriculture and inhabit the Sertão territory from Apodi / RN, located in the semiarid region of northeastern Brazil, live daily with the adverse weather conditions, high levels of poverty and rainfall unevenly distributed. In an attempt to minimize the negative impacts of this reality technical advice may constitute a possibility of overcoming difficulties. Seeking to contribute to the formulation of a model that meets more closely the needs of this population, this study aims to develop a comparative analysis between conventional technical advisory model of EMATER and that one developed by Dom Helder Câmara Project - PDHC in settlements and rural communities of Sertão territory from Apodi / RN, assessing the perception of the beneficiaries of both, and also identify the existence of different social technologies of technological packages. It is a qualitative and desk research. Data were obtained from PDHC reports, IFAD (International Fund for Agricultural Development) and manual operations of the research sites, visits to the Local Unit Supervision - (ULS) of PDHC in the Apodi Territory (TSA) and field research .69 interviews were realized by a conducted guided by a semistructured script with leaders of the Apodi Territory, executing agencies and / or partners and direct beneficiaries both ATER of PDHC as the EMATER. The survey results, after benchmarking, although point better performance of PDHC, especially in the operating methodology, at the available structure and in the composition and performance of their technical teams also show the need to improve effective services and policies technical assistance available in the territory, considering the experimental project experience as PDHC, consistent with the local knowledge of farmers and technologies appropriate to the reality of the semiarid region.

Keywords: Technical Assistance. Family farming. Sustainable development.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associações de Crédito e Assistência Rural

AIA – Associação Internacional Americana para o desenvolvimento Social e Econômico

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATOS – Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável

ATP – Assessoria Técnica Permanente

ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural

CEACRU – Centro de Assessoria as Comunidades Rurais e Urbanas

CEATICA – Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na área da Criança e do Adolescente

CF8 – Centro feminista 8 de Março

CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNER – Companhia Nacional de Educação Rural

COOPERVIDA – Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COPATER – Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETA – Projeto Técnico de Agricultura

FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do norte

FISP – Fundo de Investimento Social e Produtivo

FIA – Fundo de Incentivos Ambientais

FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura

GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDIARN – Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MIRAD – Ministério da Agricultura o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG – Organização Não Governamental

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS – Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara

PDS – Programa de Desenvolvimento Solidário

PED – Parceira de Execução Direta

PMA – Planejamento, Monitoramento e Avaliação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POA – Plano Operativo Anual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SAPE – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários

SIBER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SNRA – Secretaria Nacional da Reforma Agrária

STR – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

TSA – Território Sertão do Apodi

UD – Unidade Demonstrativa

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UGP – Unidade Gerencial do Projeto

ULS – Unidade Local de Supervisão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Decretos Brasileiros que autorizaram a implantação dos primeiros campos de demonstração e fazendas modelo	21
Tabela 2 – Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural – ER	24
Tabela 3 – Evolução do Sistema Brasileiro de ER segundo diversos indicadores.....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de estabelecimentos que receberam orientação	38
Quadro 2 – Apresentação dos sujeitos entrevistados.....	44
Quadro 3 – Parceiras e comunidade/assentamentos atendidos.....	69
Quadro 4 – Sumário de avaliação do PDHC – FIDA.....	84
Quadro 5 – Quantitativo técnico e abrangência da EMATER em 10 municípios.....	86
Quadro 6 – Quantitativo Resumo comparativo entre a ATER do PDHC e EMATER.....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Territórios dos centros da EMATER no Rio Grande do Norte.....	50
Figura 2 – Mapa das Regionais da EMATER no Rio Grande do Norte	51
Figura 3 – Mapa dos Territórios da Cidadania de ação do PDHC no Nordeste.....	63
Figura 4 – Organograma da UGP/PDHC	66
Figura 5 – Evolução dos recursos Aplicados do PDHC e captações externas	67
Figura 6 – Mapa dos municípios de atuação do PDHC no Território Sertão do Apodi.....	68
Figura 7 – Famílias beneficiadas com Projetos FISP's no Território Sertão do Apodi	71
Figura 8 – Famílias beneficiadas com Projetos UD's no Território Sertão do Apodi.....	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Geral	18
1.2.2 Específicos.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 CONCEITO, HISTÓRIA E MARCO LEGAL DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.	19
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ATER	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 TIPO DE PESQUISA	41
3.2 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS	42
3.3 LOCAL DA PESQUISA	43
3.4 SUJEITOS DA PESQUISA	43
3.5 PESQUISA DE CAMPO	43
3.6 TRATAMENTO DOS DADOS	47
3.7 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO	47
3.7.1 Critérios de Inclusão.....	47
3.7.2 Critérios de Exclusão.....	47
4 RESULTADOS	47
4.1 A EMATER	48
4.1.1 A atuação da EMATER.....	50
4.1.2 Principais ações	52
4.1.3 Novidades e tecnologias Sociais.....	55
4.1.4 A execução das atividades	57
4.2 O PDHC	61
4.2.1 O PDHC no TSA	67
4.2.2 O monitoramento e os contratos	73

4.2.3 Novidades e Tecnologias sociais.....	75
4.2.3.1 As feiras agroecológicas.....	80
4.2.4 A percepção dos beneficiários e Instituições.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A -ROTEIRO DE ENTREVISTAS (ATER/EMATER).....	98
APÊNDICE B -ROTEIRO DE ENTREVISTAS (ONGs).....	99
APÊNDICE C -ROTEIRO DE ENTREVISTAS (STRs/PODER PÚBLICO).....	100
APÊNDICE D -ROTEIRO DE ENTREVISTAS (PDHC).....	101
APÊNDICE E -ROTEIRO DE ENTREVISTAS (PRESIDENTES DE ASSOCIAÇÕES E BENEFICIÁRIOS).....	103
APÊNDICE F -ROTEIRO DE ENTREVISTAS (EMATER).....	105

1 INTRODUÇÃO

Apesar do desenvolvimento e do progresso tecnológico dos últimos anos, ainda se constata no território brasileiro um número expressivo de pessoas, principalmente no semiárido brasileiro, que se situam abaixo da linha da pobreza em condição de vulnerabilidade social e que convivem com a fome (SILVA, 2008). Segundo dados do IBGE (2010) a região Nordeste concentra a maior parte dos extremamente pobres - 9,61 milhões de pessoas ou 59,1%. Destes, a maior parcela (56,4%) vive no campo, enquanto 43,6% estão em áreas urbanas. Um estudo das Nações Unidas no ano de 2013 aponta que a pobreza entre as famílias agrícolas nordestinas estava em 36 % e a pobreza extrema em 8 % no Nordeste. No entanto, esta permanece como a região brasileira com maior taxa de extrema pobreza entre os domicílios agrícolas (SOARES et al; 2016).

Neste contexto, observa-se que nem sempre o avanço da tecnologia e o acesso a recursos econômicos ocorre nos diversos setores da economia de forma equilibrada propiciando o surgimento de desigualdades sociais. Tais disparidades são visíveis na realidade dos agricultores, particularmente os familiares, que muitas vezes desprovidos de tais recursos sofrem processos de descontinuidade em seu sistema produtivo, neste sentido a assessoria técnica pode se constituir em uma forma de minimizar tal processo (GUANZIROLI et al 2011).

Deve-se considerar que no Brasil as organizações públicas (neste caso os programas e projetos sociais) voltadas para o desenvolvimento regional são marcadas, ao longo da história, pela burocratização e falta de articulação com os problemas e demandas locais, bem como com as experiências vividas pelos atores locais (os agricultores), especificamente aqueles que vivem na região do semiárido nordestino (ABRAMOVAY, 2003). Tal situação se agrava ainda mais para os agricultores familiares desta região que apesar de sua importância para a segurança alimentar, sendo responsáveis por 51,93% na produção regional (CENSO 2006), além das condições climáticas, se deparam com várias dificuldades como a escassez de terra, a baixa disponibilidade de recursos, a falta de acompanhamento técnico, dentre outras, que limitam o seu desenvolvimento, deixando essa população desassistida de políticas, que em sua maioria, são pensadas para as grandes propriedades (SIDERSKY *et al*; 2010).

Na agricultura familiar tem ocorrido ao longo dos anos transformações sociais, econômicas e políticas que exigem novas formas de implementação das práticas de intervenção social por parte dos programas assistenciais e de assessoria, com vistas a um desenvolvimento sustentável, considerando esta área do Nordeste (SILVA, 2008).

Segundo o último censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006), a produção total agrícola nordestina conta com a forte contribuição da agricultura familiar, 92,7 % do total dos estabelecimentos rurais do Nordeste pertencem aos agricultores familiares. Este dado quando confrontado com a média nacional que é de 87,5 % dos estabelecimentos rurais mostra como a agricultura familiar é presente na região produzindo principalmente alimentos essenciais, reforçando a necessidade do apoio técnico ao setor e a necessidade de novos modelos de políticas públicas, entre elas a assessoria técnica à Assentamentos e Comunidades Rurais. Entre estas políticas se inserem os projetos que, segundo Armani (2000, p. 18) “[...] é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos [...] num determinado local, com público alvo e tempo”. Para tanto volta-se o olhar para a assessoria técnica à zona rural do Nordeste e o impacto que tem produzido na vida dos sujeitos envolvidos em projetos dessa natureza.

Considerando esses aspectos, faz-se necessário conhecer se a prática de projetos de assessoria técnica em Assentamentos e Comunidades rurais (que contam com a participação de grupos articulados com setores do Estado e da Sociedade) atendem de forma satisfatória as necessidades do agricultor familiar. Ainda é importante também avaliar como a prática de programas de assessoria é percebida pelo beneficiário, como forma de compreender a satisfação das famílias atendidas e se os resultados almejados estão sendo alcançados, através da realização de atividades orientadas para os agricultores do semiárido, que são assistidos por ações governamentais, observando a realidade do Território Sertão do Apodi/RN.

1.1 PROBLEMÁTICA

O serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER), desde o período em que o Brasil era regido no sistema de Império, até os anos 1990 do século passado, apresentou atributos institucionais de origem pública destinados à expansão de novas tecnologias, consubstanciados, inicialmente, no ajuste da produção primária às possibilidades de demandas dadas pelas economias capitalistas centrais; e posteriormente, no recente processo de modernização conservadora e de industrialização da agricultura brasileira (SILVA, 2013).

Segundo Siderky *et al* (2010), ao fazer a análise de diferentes diagnósticos e documentos ao longo da história, observa-se que as políticas públicas para a região nordeste vêm sendo descontínuas e fragmentadas e até então, marcadas pelo clientelismo, assistencialismo e paternalismo. Tais políticas quase sempre foram vinculadas a pacotes

tecnológicos inadequados e degradadores das condições ambientais existentes, pouco ou nada contribuindo para o protagonismo, a autonomia e o fortalecimento dos(as) agricultores(as), em regime de economia familiar, e suas organizações sociais, cenário que aprofundou o descrédito nas políticas públicas e redundou numa profunda baixa estima e desorganização social desse setor. Os sistemas de produção, responsáveis pela estruturação da agricultura produtivista brasileira, sempre foram embasados e orientados por "pacotes tecnológicos" entendidos como formas lineares eficientes de difundir, divulgar, transferir, comercializar e financiar tecnologias, normalmente, primando pela linha da agressividade mercadológica. Apesar do paradigma da modernização estar teoricamente desacreditado, ele ainda persiste como o principal modelo nas políticas públicas, embora muitas vezes esteja “camuflado” (PLOEG, 2008).

O Censo agropecuário de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. A Região Nordeste concentra metade do total desses estabelecimentos familiares (2.187.295). Essas propriedades da agricultura familiar tem área média de 13 ha e nessa região representaram 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total, sendo estes responsáveis por importante produção de alimentos que chegam diretamente às agroindústrias das cadeias alimentares e à mesa dos consumidores com destaque para algumas culturas selecionadas: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra). Também possuía 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, e produzia 21% do trigo. Por outro lado, segundo um estudo realizado pelo MDA o acesso total dos agricultores aos serviços de Assistência Técnica é de apenas 16,7% e apresenta uma diferenciação no acesso, entre os familiares, que varia de 2,7% na região Nordeste a 47,2% na região sul, identificando que o número de agricultores familiares com acesso a ATER no nordeste é muito pequeno.

Um estudo de Buainain *et al* (2003) tendo como base uma amostra representativa de agricultores familiares em cinco estados do Nordeste, apontou que a assistência técnica é um dos fatores que reduz a ineficiência do uso de recursos disponíveis, propiciando, ainda, que as referidas técnicas sejam executadas com maior eficácia, gerando resultados positivos, de forma mais rápida, mostrou, ainda, que os produtores que receberam assistência técnica mensal apresentaram menor grau de ineficiência que os demais, embora, nem sempre essa assessoria tenha o alcance desejado, principalmente quando as ações da ATER não correspondem as demandas dos agricultores, nem condizem com o perfil cultural e com a realidade local dessa população, permitindo o enfrentamento das questões climáticas.

Arelado a isso ainda existe o problema de que na maioria das vezes é difícil encontrar técnicos (de formação superior ou de segundo grau) com as qualificações requeridas e que aceitem as condições de trabalho de campo. Já que, em sua maioria, esses profissionais tiveram uma educação, a qual, até o momento, diz que assistência técnica e a extensão devam ser a garantia da transferência e a promoção do conhecimento científico, pressupondo com isso fazer a conjectura do que é moderno (SILVA, 2014).

Com base nas ideias de Abramovay, (2007), a avaliação da ATER deve passar por parâmetros voltados a fortalecer não só os vínculos entre agricultores familiares e setor privado, mas também buscar produzir condições que tornem atrativos os investimentos baseados na valorização dos recursos naturais e da inteligência local e não em sua exploração predatória. O autor também considera que uma das funções do setor público é promover a convergência destes interesses em torno de elementos, de bens públicos que promovam a valorização daquilo que as regiões têm de melhor: suas capacidades, suas tradições, seus recursos naturais e paisagísticos, as habilidades sociais de suas lideranças e as instituições que conseguem construir.

Assim diante da existência no Território Sertão do Apodi/RN de um modelo de assessoria técnica convencional ofertado pela EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte e outros alternativos como o desenvolvido pelo Projeto Dom Helder Câmara - PDHC em Assentamentos e Comunidades rurais, tem – se um cenário propício para a realização de um estudo comparativo entre essas formas de ATER na busca por respostas para os seguintes questionamentos:

- A assessoria técnica ofertada aos agricultores familiares tem sido capaz de contribuir para a melhoria da produção e sobrevivência dessa população?
- A assessoria técnica tem avançado no sentido de responder as demandas do perfil sócio cultural desse grupo social?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Desenvolver uma análise comparativa entre o modelo de assessoria técnica convencional da EMATER e aquele desenvolvido pelo Projeto Dom Helder Câmara - PDHC em Assentamentos e Comunidades rurais do Território Sertão do Apodi/RN.

1.2.2 Específicos:

- Avaliar a percepção dos beneficiários sobre a ATER do PDHC.

- Avaliar a percepção dos beneficiários sobre a assessoria da EMATER.
- Sistematizar a existência de novas tecnologias sociais em contraposição aos pacotes tecnológicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO, HISTÓRIA E MARCO LEGAL DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (JONES; GARFORTH, 1997).

O termo extensão possui diferentes significados em função dos diferentes contextos que é mencionado, desde o ato ou efeito de estender-se, até mesmo à dimensão espaço-temporal de algo (PEIXOTO, 2008).

Para o conceito de Extensão Rural são atribuídas algumas definições que a frisam como processo educacional, cooperativo-participativo no meio rural, resultando em desenvolvimento, contudo, é salutar ressaltar que este conceito, segundo Peixoto (2008), evoluiu com o tempo e com as mudanças socioeconômicas e culturais de cada país.

Peixoto (2008) argumenta que é possível conceituar a extensão rural das seguintes formas: como um processo educativo linear (que não considera as interações necessárias para o aprendizado, evidencia a necessidade de uma revisão conceitual de forma que não se fixe apenas as figuras do educador e do educando, mas sim que estas sejam educador-educando e educando-educador, como um processo realimentador) no sentido literal do termo, entendendo assim, como o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora (instituições, técnicos) para um receptor final (o agricultor), ou seja, a ação propriamente dita; como instituição ou organização quando o termo está relacionado com o próprio Estado, ao se fazer disponibilizar e participar do processo de desenvolvimento rural, e por último, como uma política pública, por meio de dispositivos legais, são executadas ações que possibilitam este desenvolvimento.

Freire, (1983) considera que o termo deve ter como princípio norteador a ação educativa, pois deve lidar não somente com o problema a ser enfrentado, mas sobretudo às

relações que o envolvem, pois se esta ação desconsiderar o ser humano, elimina o contexto de extensão, visto que a extensão dos conhecimentos e das técnicas se faz aos homens.

Nesse contexto a extensão rural pode ser entendida como um ato educativo de comunicação de conhecimentos que envolve a dimensão técnica, cultural, social e econômica.

O desenvolvimento da extensão rural no Brasil atualmente é amparado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, regido pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Nesta mesma lei, também foi instituído o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

Contudo, desde o século XIX, o Governo Brasileiro desenvolvia ações de extensão rural, mesmo que estas tenham sido muito rudimentares ou implícitas em outras políticas públicas. Decretos datados entre os anos de 1859 e 1860 apontam a criação de Institutos Imperiais de Agricultura (PEIXOTO, 2008):

- Decreto nº 2.500 de 01 de novembro de 1859 - Imperial Instituto Baiano de Agricultura;
- Decreto nº 2.516 de 22 de dezembro de 1859 - Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura;
- Decreto nº 2.521 de 20 de janeiro de 1860 - criou o Imperial Instituto Sergipano;
- Decreto nº 2.607 de 30 de junho de 1860 - Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

Esses institutos tinham como atribuições o desenvolvimento de pesquisa e ensino agropecuário, bem como a difusão de informações, por meio de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas. Com a criação dos institutos imperiais, previa-se o desenvolvimento e a atuação de Comissões Municipais de Agricultura que teriam a responsabilidade de realizar levantamentos rurais e estudar as necessidades das lavouras em seus domínios (PEIXOTO,2008).

O atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, tem sua origem decreto nº 1.067, de 28 de junho de 1860, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que tinha status de Ministério, entretanto, a estrutura disponível não permitia desempenhar suas funções de forma satisfatória. Este setor foi extinto na segunda metade do século XIX e recriado no Governo de Afonso Pena, por meio do decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, nesta nova versão estabelecia que o Ministério teria sob seu cargo o estudo e despacho de assuntos relativos à agricultura e indústria animal, com atribuições, entre outras, relativas à comunicação de informações, propaganda, publicidade e divulgação

de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior (PEIXOTO, 2008).

Outro momento histórico de destaque foi a criação e regulamentação do Ensino Agrônômico nos níveis básico, médio e superior, por meio do decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha. O decreto atendia à agricultura e às indústrias correlatas, compreendendo o ensino agrícola, de medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais. O mesmo era organizado em 591 artigos distribuídos em 65 capítulos que tratavam de aspectos de implantação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, passando pela abordagem do currículo dos profissionais até a infraestrutura necessária as mesmas (PEIXOTO, 2008).

Peixoto (2008) em seu estudo aponta diversos capítulos do decreto nº 8.319 de 1910 que tratavam detalhadamente das atribuições relacionadas à assistência técnica e extensão rural a produtores rurais. O Capítulo XL, por exemplo, trata de Cursos Ambulantes de Agricultura, que tinham por finalidade a instrução profissional dos agricultores que, por circunstâncias especiais estão privados de recorrer aos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino agrícola (art. 359). O Capítulo XLII, tratava das Consultas Agrícolas e obrigava os institutos de ensino agrícola a atender as consultas que lhes forem dirigidas, por intermédio dos respectivos diretores, pelos agricultores criadores ou profissionais de indústria rural (art. 379).

O Capítulo XLIII tratou das Conferências Agrícolas, que podiam ser realizadas pelos inspetores agrícolas e seus ajudantes, pelo pessoal dos cursos ambulantes, sendo invariavelmente seguidas de demonstrações práticas. O Capítulo XLVII tratava detalhadamente da criação de Campos de Demonstração, que tinham por fim divulgar os conhecimentos práticos, adquiridos em experimentações anteriores, tendo em vista o aumento de produção agrícola (art. 410). O Capítulo XLVIII tratava da criação de Fazendas Experimentais, que se destinavam ao ensino prático da agricultura, em seus diferentes ramos, por meio de demonstrações e culturas sistemáticas das plantas uteis, principalmente das que forem comuns a região em que se acharem estabelecidas e com auxílio de práticas referentes à zootecnia e indústrias rurais (art. 428) (PEIXOTO, 2008).

Este decreto possibilitou a criação de fazendas experimentais, como sintetiza a tabela 01 a seguir:

Decreto	Objeto do decreto
Decreto nº 9.333, de 17 de janeiro de 1912	Fazenda Modelo de Criação na fazenda de Santa Monica, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro

Decreto nº 9.613, de 13 de junho de 1912	Campos de Demonstração na fazenda Altamira, município da Villa do Conde, Estado da Bahia.
Decreto nº 9.868 - de 13 de novembro de 1912	Fazenda Modelo de Criação no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais
Decreto nº 10.075 - de 19 de fevereiro de 1913	Fazenda Modelo de Criação no município de Caxias, no Estado do Maranhão
Decreto nº 11.875 - de 12 de janeiro de 1916	Fazenda Modelo de Criação na ilha de Marajó, Estado do Pará
Decreto nº 11.876 - de 12 de janeiro de 1916	Fazenda Modelo de Criação no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná
Decreto nº 11.882 - de 12 de janeiro de 1916	Fazenda Modelo de Criação, no Estado de Pernambuco

Tabela 01 – Decretos Brasileiros que autorizaram a implantação dos primeiros campos de demonstração e fazendas modelo. Fonte: SICON/Senado Federal (PEIXOTO, 2008).

Peixoto (2008) menciona que a primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil, mas comumente citada pela bibliografia que trata deste tema, é a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa) com diversos cursos de extensão e palestras.

Segundo Olinger (1996), semanas ruralistas também eram realizadas na década de 40, através de cooperação entre o Ministério da Agricultura e as secretarias de agricultura dos estados.

Outro dispositivo legal que instituía ações de caráter extensionista foi o Decreto-Lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945 que dispôs sobre a organização da vida rural. Este decreto, do Presidente Vargas, foi uma tentativa de tutela pelo Estado do processo de organização dos produtores rurais, ao obrigar cada município a possuir uma associação rural, composta de proprietários de estabelecimentos rurais. Em último caso, se ainda inexistisse associação no município, caberia ao prefeito promover a sua criação, que deveria ser oficialmente reconhecida pelo Ministério da Agricultura. As associações municipais se organizariam em sociedades rurais, uma em cada estado, e estas na União Rural Brasileira, como órgãos técnicos e consultivos do governo federal (PEIXOTO, 2008).

O Decreto-Lei nº 7.449/45, além de permitir a subvenção estatal como fonte de recursos (art. 17 e 20), determinava que as associações tivessem como sede as chamadas Casas Rurais, que seriam também órgãos técnicos consultivos dos governos municipal, estadual e federal. Estas Casas Rurais tinham a obrigação de realizarem a difusão de ensinamento agropecuário, visando, principalmente, a melhoria das condições do habitat natural; a promoção da

aprendizagem agropecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais; manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnando pela aplicação das medidas oficiais relativas à padronização e classificação; realização, em cooperação com o Governo, periodicamente, de exposições-feiras distritais, municipais ou regionais. Ainda de acordo com Peixoto (2008) o decreto-lei nº 8.127, de outubro de 1945, realizou alterações no decreto-lei 7.449/45, organizava as associações em federações estaduais e estas na Confederação Rural Brasileira, fundada, porém, apenas em 1951.

Conforme Queda (1987), nos primeiros anos da década de 50 já existiam 511 Associações Rurais. Em 30 agosto de 1958, estavam registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.500 Associações Rurais, a maior parte delas concentrando-se em Minas Gerais (221), São Paulo (173), Ceará (105) e Rio Grande do Sul (100).

Outra iniciativa, proposta em 1949 e patrocinada pelo então Ministério da Educação e Saúde, sob a orientação da Igreja Católica e do Serviço Social, foi a criação das Missões Rurais de Educação. Pautadas nas experiências das Missões do México, baseavam-se na filosofia do desenvolvimento de comunidades (DC) por processos educativos e assistenciais, e eram compostas por equipes multidisciplinares, constituídas de agrônomos, médicos, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais. As missões rurais duraram pouco, mostrando-se onerosas e pouco úteis (OLINGER, 1996).

Uma dessas missões, por ser bem-sucedida, serviu de modelo para a criação, em 1952, da Companhia Nacional de Educação Rural (CNER), com ações, principalmente no Nordeste, seus resultados foram pouco visíveis, demonstrado que apenas as metodologias empregadas no DC não eram suficientes para promover o desenvolvimento local (FONSECA, 1985).

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21 de junho de 1956. As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. As associações receberam incentivos da Associação Internacional Americana para o desenvolvimento Social e Econômico (AIA) entidade filantrópica ligada à família Rockefeller (PEIXOTO, 2008).

Pioneira e com os bons resultados a Acar - MG assinou acordo como governo norte-americano em 1954 onde criou-se o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma

cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada Acar no respectivo estado. Foram criadas 23 Acar até 1974, formado juntamente com a ABCAR o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), conforme tabela 02 (PEIXOTO, 2008).

Ano	Evolução da Extensão Rural
1948	ACAR-MG
1954	ANCAR (CE, PE e BA)
1955	ASCAR-RS, ANCAR (RN e PB)
1956	ABCAR, ACARESC
1957	ACAR-ES
1958	ACAR-RJ
1959	ACAR-GO, ACARPA
1962	Transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas, sendo a primeira em SE
1963	ANCAR: autonomia de RN, AL, MA e BA
1964	ANCAR: autonomia de PE, PB e CE
1965	ACAR-PA, ACAR-MT
1966	ANCAR-PI, ACAR-AM
1967	ACAR-DF
1968	ACAR-AC
1971	ACAR-RO
1972	ACAR-RR
1974	ACAR-AP

Tabela 02. Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Fonte: adaptado de Peixoto (2008) e Fonseca (1985).

Em 1955, o Governo Federal autorizou a União a criar, no âmbito do Ministério da Agricultura, uma Fundação denominada Serviço Social Rural (SSR) que era uma entidade com finalidade a prestação de serviços sociais, a promoção da aprendizagem e o aperfeiçoamento de técnicas de trabalho no meio rural, fomentar a economia rural das

pequenas propriedades, incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais e a realização de inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo. Este serviço teve a contratação de técnicos por meio de concurso público, o que ocorreu pelo decreto nº 50.634, de 20 de maio de 1961 (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

Em 1962 o SSR foi extinto pela Lei Delegada nº, de 11 de outubro de 1962 que criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), sendo também extinta por meio da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, lei esta que dispôs sobre o Estatuto da terra, onde se criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Pelo art. 73, § 3º, o IBRA recebeu a atribuição de prestar assistência técnica integral aos projetos de reforma agrária, em colaboração com os órgãos estaduais. Quanto ao INDA, o art. 74, I, estabelecia que tivesse por finalidade promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo (PEIXOTO, 2008).

Conforme a tabela 03, a atuação do SIBER cresceu significativamente nas décadas de 60 e 70.

Ano	ACAR (Ano de criação)	Escritórios	Municípios atendidos	Pessoal Técnico	Pessoal administrativo	Pessoal (total)	Agricultores assistidos	Agricultores assistidos por técnico	Número de planos de crédito
1948	MG	-	-	-	-	-	-	-	-
1949	-	4	-	-	-	-	-	-	-
1950	-	8	-	-	-	-	-	-	-
1951	-	10	-	-	-	-	-	-	-
1952	-	21	-	-	-	-	-	-	-
1953	-	21	-	-	-	-	-	-	-
1954	Ancar CE, PE e BA	42	-	-	-	-	-	-	-
1955	PB, RN e RS	69	-	-	-	-	-	-	-
1956	ABCAR, SC	106	-	-	-	-	-	-	-
1957	ES	134	-	-	-	-	-	-	-
1958	RJ	167	-	-	-	-	-	-	-
1959	PR e GO	174	215	-	-	-	-	-	-
1960	-	197	-	-	-	-	-	-	-
1961	-	220	-	-	-	-	-	-	-
1962	SE	250	-	-	-	-	-	-	-
1963	MA e AL	326	-	-	-	-	-	-	-
1964	-	424	-	-	-	-	-	-	-

1965	MT e PA	533	831	-	-	-	-	-	8.421
1966	AM e PI	725	-	-	-	-	-	-	5.534
1967	DF, CATI-SP	948	-	-	-	-	-	-	12.643
1968	AC	1.021	-	-	-	-	-	-	19.024
1969	-	1.025	1.393	2.434	-	-	22.000	90	28.526
1971	RR e RO	-	-	-	-	-	-	-	-
1974	AP	1.422	2.236	3.371	3.331	6.704	240.028	71	56.955
	Início da								
1975	estatização das	1.564	2.555	4.605	3.972	8.579	-	-	-
	ACAR								
1976	-	1.789	2.816	6.584	5.495	12.081	-	-	-
1977	-	1.800	2.913	6.540	6.562	13.104	474.189	73	81.404
1978	-	1.920	3.047	7.193	7.082	14.277	-	-	-
1983	-	2.506	3.166	12.121	-	-	1.113.557	92	-
1988	-	2.900	3.300	-	-	-	-	-	-
2003	-	-	3.664	-	-	-	1.890.739	-	-
2006	-	-	4.295	-	-	-	2.492.662	-	-

Tabela 03 - Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, segundo diversos indicadores. Fonte: Padilha (1984), Carvalho (1992), Soares (2007), Fonseca (1985).

O Decreto nº 58.382, de 10 de maio de 1966, dispôs sobre a coordenação das atividades de extensão rural, atribuindo-as ao Inda, deixando a execução dos serviços a cargo da ABCAR e das ACAR a ela filiadas (OLINGER, 1996).

O Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extinguiu o Inda, o Ibra e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), cujos direitos, competência, atribuições e responsabilidades foram absorvidas pelo novo Instituto. Segundo Olinger (1996), embora o Incra tivesse a responsabilidade legal de coordenar a extensão rural no País, não conseguia fazê-lo a contento.

Para promover e garantir a articulação entre as ações de Ater e de pesquisa agropecuária foi criado, no Ministério da Agricultura, a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER) através do Decreto nº 74.154, de 06 de junho de 1974. Entretanto, a COMPATER teve vida curta, tendo sido extinta pelo Decreto nº 86.323, de 31 de agosto de 1981, que transferiu suas atribuições à Secretaria Nacional de Produção Agropecuária do Ministério (PEIXOTO, 2008).

Em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado através da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. Esta lei estabelecia ainda os objetivos, as fontes de recursos da EMBRATER e promovia a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária (PEIXOTO, 2008).

Peixoto (2008) cita que a EMBRATER foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou a Lei nº 6.126/74. Tendo as estruturas das ACAR sido ano a ano absorvidas pelos Estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema ABCAR (ou SIBER) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O novo nome do Sistema, que incorporou o termo 'Assistência Técnica', foi empregado pela primeira vez somente no art. 7º dos Estatutos da EMBRATER, fixados pelo Decreto no 75.373/75, nele próprio tendo sido usado, no art. 6º, ainda a denominação anterior. O SIBRATER passou a agregar também organizações não estatais de ATER.

A democratização do País propiciou o surgimento do movimento social extensionista, com a criação, em 28 de novembro de 1986, da Federação das Associações e Sindicatos dos

Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil (FASER). Na década de 80 a EMBRATER optou por apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular, dentro do SIBRATER, ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância (PEIXOTO, 2008).

A Constituição Federal de 1988 fixou no art. 187, IV que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente a assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 1988).

A Lei nº 7.739, de 16 de março de 1989 dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, fundiu ao Ministério da Agricultura o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e o Ministério Extraordinário para Assuntos de Administração e para Assunto de Irrigação (PEIXOTO, 2008).

A EMBRATER foi extinta pelo Decreto nº 99.192, de 15 de março de 1990, no primeiro dia do governo Collor, junto com outras estatais. Desta vez o setor extensionista não conseguiu articular-se para reverter a decisão do Governo no Congresso Nacional.

Este Decreto foi revogado pelo Decreto no 99.226, de 27 de abril de 1990, que reafirmou a extinção da EMBRATER, juntamente com outros órgãos, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. (BNCC). A Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) foram fundidas na atual CONAB, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) foram também extintos na mesma época (PEIXOTO, 2008).

A resposta das instituições estaduais de Ater, então, foi a criação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), em 21 de março de 1990. Todavia, a ASBRAER só viria a desempenhar um papel mais relevante da articulação dos serviços de Ater anos mais tarde. Nos anos subsequentes à extinção da EMBRATER, houve desorganização de todo o sistema oficial de Ater, provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço (PEIXOTO, 2008).

O Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990 dispôs sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, criou o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) e excluiu das competências a assistência técnica e extensão rural, aparentemente confirmando a intenção do Governo Federal de não atuar nesta área, a despeito das disposições constitucionais, deixando a tarefa a cargo de estados e municípios (PEIXOTO, 2008).

A Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, que novamente dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, no art. 19, inciso VI, restabeleceu a assistência técnica e extensão rural entre as competências do MARA. O Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, que também dispôs sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, manteve a mesma atribuição ao Ministério (PEIXOTO, 2008). No mesmo ano o Decreto nº 99.616, de 17 de outubro de 1990, em seu art. 1º, transferiu as atribuições e o acervo técnico-patrimonial da EMBRATER, sendo a Coordenação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de Reforma Agrária para a Secretaria Nacional da Reforma Agrária - SNRA, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e a Coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

A EMBRAPA, a quem pelo Decreto nº 99.616, de 1990, competia coordenar o SIBRATER, chegou a criar em sua estrutura uma Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SER/EMBRAPA) e elaborar um Plano de Ação Estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (1991/1995), (SEPULCRI, 2005; MARQUES, SILVEIRA; CÓRDOVA, 2006). Todavia, apesar do Plano elaborado, a EMBRAPA não conseguiu exercer o mesmo papel coordenador, desempenhado pela extinta EMBRATER.

Peixoto (2008) cita que os serviços de assistência técnica e extensão rural receberam um tratamento específico na legislação brasileira, embora ainda limitado, somente após a Constituição de 1988, com a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola. Conhecida como Lei Agrícola.

O Decreto nº 599, de 9 de julho de 1992, que alterou a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA, manteve entre suas áreas de competência a assistência técnica e extensão rural. Todavia, esse decreto não explicitava competências relativas a ATER a nenhum de seus departamentos e secretarias (de Política Agrícola, de Defesa Agropecuária e de Irrigação). Já a Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, transformou o MAARA (art. 20) em Ministério da Agricultura, do

Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) e mais uma vez manteve, entre os assuntos de sua competência, a assistência técnica e extensão rural (art. 16) (PEIXOTO, 2008).

O Decreto nº 936, de 23 de setembro de 1993, transferiu a coordenação do SIBRATER para a SDR do MAARA, antes atribuída à EMBRAPA pelo Decreto nº 99.616, de 1990. No ano seguinte, pelo Decreto nº 1.261, de 04 de outubro de 1994, que alterou o anexo do Decreto no 769, de 1993, modificou a estrutura da SDR e, no inciso c, criou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER); (PEIXOTO, 2008).

Nesse contexto de mudanças e transformações, com o Estado Brasileiro buscando a contenção de gastos públicos, os serviços de extensão rural foram colocados de lado, o que deu início a discussão sobre a execução de políticas públicas e programas governamentais através do terceiro setor que passava por dificuldades pelo fato das mudanças de prioridade de investimento internacional que passou a ajudar países com situação mais desfavorável que a brasileira. Segundo Peixoto (2008) foi a partir desse contexto que se legitimou uma nova categoria de análise que é o agricultor familiar. O conceito de agricultura familiar influenciaria as políticas públicas no restante dos anos 90, com a intensificação das ações de Reforma Agrária e de fortalecimento dessa categoria de produtores rurais.

O Decreto no 1.888, de 29 de abril de 1996, criou o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, retirando do MAARA a atribuição sobre a reforma agrária. Aparentemente, entretanto, somente com o Decreto nº 2.681, de 21 de julho de 1998 o órgão passou à denominação de Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA); (PEIXOTO, 2008).

Outra importante política pública, iniciada no mesmo ano, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. O Pronaf fornecia, inicialmente, crédito de investimento e custeio a agricultores familiares que tenham 80% da renda da unidade familiar oriunda de investimentos para produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite (PEIXOTO, 2008).

Em 1997 realizou-se um seminário nacional sobre ATER, seguido de seminários nas 27 unidades da Federação, dos quais participaram 5 mil pessoas. Estas reuniões culminaram com a realização de um workshop, no mesmo ano, promovido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), FASER, CONTAG e ASBRAER, no qual se fizeram representados setores do governo, da Ater estatal, movimentos sindicais de trabalhadores rurais e dos trabalhadores em Ater, ONGs e universidades, oriundos de todas as unidades da Federação. Deste evento surgiu a proposta de consolidação de um modelo institucional de Ater pública estatal e não estatal, descentralizado,

pluralista, autônomo e gratuito. Como princípios, a proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável, exclusivo para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação articulada dos agentes (PEIXOTO, 2008).

Não obstante a posição defendida pelos participantes do workshop, a maior parte dos extensionistas rurais da Ater pública, em decorrência da sua formação (voltada para a agricultura mais modernizada e de maior escala produtiva) continuou a trabalhar com a agricultura patronal, mais capitalizada (DIAS, 2008).

Também em 1997, em decorrência da dificuldade das entidades estaduais de Ater de assistirem aos assentados da reforma agrária, o Incra lançou o Projeto Lumiar, uma inovadora experiência de terceirização da assistência técnica em assentamentos rurais. O Lumiar chegou a contar com 1.392 técnicos contratados, que assistiam a 1.300 dos 3.800 assentamentos do Incra, existentes em 2000 (JORNAL DO COMERCIO, 2000).

Segundo o Governo, em 1999 o Projeto Lumiar beneficiava quase 104 mil famílias de assentados (PEIXOTO, 2008). Entretanto, o Lumiar foi extinto no início de 2000, sob acusações de desvio dos recursos por algumas das entidades terceirizadas.

A Medida Provisória (MPV) no 1.911-12, de 25 de novembro de 1999, art. 17, transformou o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, cujo nome foi em seguida modificado pela MPV no 1999-13, de 14 de dezembro de 1999, para Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Por fim, a MPV 1.999-14, de 13 de janeiro de 2000, art. 17, item XII, adotou o nome definitivo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (PEIXOTO, 2008).

No contexto das alterações ministeriais, pelo Decreto nº 3.200, de 6 de outubro de 1999 foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), integrante do então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. O Decreto no 3.508, de 14 de junho de 2000 transformou o CNDR em Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) (PEIXOTO, 2008).

O Decreto no 3.338, de 14 de janeiro de 2000, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do MDA, dispôs no art. 7º, IV, que à Secretaria de Reforma Agrária compete apoiar e participar de programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização dos assentados da reforma agrária. Igualmente, o art. 8º, IV, dispôs que à Secretaria da Agricultura Familiar compete apoiar e participar de programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização voltados a agricultores familiares. Posteriormente, os Decretos nos 4.723, de 6 de junho de

2003, e 5.033, de 5 de abril de 2004, que também alteraram a estrutura regimental do MDA, mantiveram tais competências, sem alterações (PEIXOTO, 2008).

O DATER figuraria ainda na estrutura regimental do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, de acordo com o já citado Decreto nº 2.681, de 21 de julho de 1998, integrando a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Todavia, o Decreto no 3.527, de 28 de junho de 2000, que aprovou nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do MAA, extinguiu a SDR e determinou que à sua substituta, a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC), competia coordenar o SIBRATER (art. 11, V, b). Ainda segundo esse mesmo Decreto foi criado, dentro da SARC, o Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER), a quem competia, entre outras atribuições, promover e acompanhar a operacionalização do SIBRATER (inciso VI). O DIER, portanto, substituiu o DATER, a partir desse Decreto (PEIXOTO, 2008).

Uma mudança significativa no quadro da política de Ater do Governo se deu com o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, que efetuou a transferência da competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, nome e estruturas criados pela Medida Provisória nº 2.143-36, art. 17, inciso XIII, de 24 de agosto de 2001), relativa à assistência técnica e extensão rural, estabelecida no inciso I, alínea "n", do art. 27 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, para o MDA (PEIXOTO, 2008).

Ainda ao longo de 2003, antes da criação efetiva do DATER, foi construída pelo MDA uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de forma mais democrática e participativa que a versão formulada dois anos antes pelo CNDRS, em articulação com diversos setores do Governo Federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais. Lançada em maio de 2004, a PNATER definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), cuja primeira versão foi publicada em 1º de março de 2005. Após o lançamento da PNATER o Governo Federal, através do DATER/MDA, tem estimulado os estados a elaborarem seus programas estaduais de ATER (PEIXOTO, 2008).

Peixoto (2008) mostra em seu estudo que no ano de 2004 o Incra criou, pela Norma de Execução nº 39, de 30 de março, da Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário, um programa chamado Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), em moldes semelhantes aos do Projeto Lumiar, que havia sido extinto no início de 2000.

No que se refere aos principais eventos e regulamentações que deram origem ao atual status da extensão rural e assessoria técnica no âmbito público, sabe-se que esta proposta no

Brasil teve duas fases de implantação onde a primeira contou com a participação de um grupo norte americano (Família Rockefeller) e a segunda pelo Governo Brasileiro, em associação com o *Institute of Interamerican Affairs*, em conexão com o *United States Department of Agriculture* (USDA).

Segundo Pinto (2009), essas fases possibilitaram que o modelo de extensão rural pudesse ser aplicado nas diferentes regiões do país, pois, seguiria o mesmo modelo de exploração agropecuária norte-americano.

Brasil (MDA, 2004, p. 4) descreve essa implementação no Brasil, mencionando os fatores políticos que envolveram as ações propostas:

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, foram iniciados, no país, no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. A Ater foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados.

O autor, ainda, destaca que as práticas dos serviços de ATER contaram com uma significativa participação do Governo Federal, uma vez que, a participação do referido órgão chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários das Emater, alcançando até 80%, em alguns estados.

Peixoto (2008) aborda a questão dos decretos e normas de implementação das políticas públicas que foram criados, entre os anos de 1859 e 1860 e que, apesar de algumas ações rudimentares ou implícitas, servem de modelo até os dias atuais. Dentre os documentos que foram elaborados, o autor cita quatro decretos (descritos anteriormente) que serviam como atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações.

Peixoto (2008), ainda, disserta sobre o desenvolvimento das ações que modelaram o extensionismo rural no Brasil, mencionando os inúmeros decretos que foram criados como forma de manutenção dos serviços de assistência técnica, econômica e social.

É fato que houve inúmeras inovações e atualizações deste mecanismo, em decorrência das dificuldades de coordenação e articulação dos órgãos envolvidos.

Em consequência desses fatos históricos, o que há na atualidade é um cenário heterogêneo, onde o modelo de assistência técnica e o modelo de desenvolvimento rural

devem ter por base de sustentação os conceitos de ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e ainda possam estimular o desenvolvimento sustentável. Esse novo cenário significa para a extensão rural, uma evolução a ser trabalhada onde existe a necessidade de uma proposta condizente com a realidade observada.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ATER

O termo agricultura familiar ao longo da história agrária brasileira teve diferentes tipologias nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais e sindicais (SILVA, 2013).

De acordo com Lamarche (1993) debates acadêmicos, políticas públicas e as organizações de trabalhadores rurais (com ou sem terra) generalizaram o uso do termo agricultura familiar, entendida, principalmente, como unidade de produção agrária em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família.

Assim, diferencia-se a organização produtiva da agricultura de duas formas, a primeira como sendo a agricultura familiar uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado e a segunda chamada agricultura patronal na qual a mão-de-obra contratada empregada na propriedade supera a de origem familiar (PEIXOTO, 2008).

O conceito de agricultura familiar foi institucionalizado na Lei nº 11.326/2006 que a define como sendo aquela em que o agricultor é proprietário de uma área de até quatro módulos fiscais¹ e que utiliza mão de obra familiar nas atividades do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes. Ao instituí-la em Lei, agruparam-se ao termo as unidades familiares patronais com o concurso do emprego permanente. Assim, a agricultura familiar no plano institucional se conformou numa categoria social com derivativas, isto é, com diferentes processos sociais constitutivos na relação com terra: proprietário, posseiro, arrendatário, assentados, quilombolas, indígenas, extrativistas e

¹ **Módulo fiscal** é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) a norma que regula os direitos e obrigações relativos à imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais como (art. 50, Lei 4.504/64): o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com esta exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar (art 4º, II, Lei 4.504/64). O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado através de Instruções Especiais (IE) expedidas pelo INCRA.ECO(2013).

pescadores artesanais; e na condição de produção: patronal ou não patronal (trabalho familiar).

Abramovay (1992) relata que apesar do caráter familiar, há uma distinção conceitual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam a agricultura familiar. Para o autor a racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem em se adaptar e moldar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

As transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (ALTAFIN, 2007).

Wanderley (1999) afirma que muitos dos traços camponeses, referentes às lutas pela igualdade de direitos e pela posse e manutenção da terra, ainda, persistem pelo fato de se enfrentarem velhos problemas, de ordem burocrática (por parte dos governos) que nunca foram resolvidos, como também pela questão da modernização brasileira desenvolver-se de forma desigual e excludente.

No Brasil, os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes. Martins (1986) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira. No Nordeste, denomina-se tabaréu. Em diferentes regiões do País encontra-se o caboclo.

Para Wanderley (1999), todas são palavras de duplo sentido. Fazem referência a agricultor, como aquele que vive no campo, mas também indicam uma pessoa rústica, atrasada e ingênua. São palavras depreciativas, ofensivas, muitas vezes relacionadas à preguiça, à pouca disposição para o trabalho. Para Martins (1986), houve um escamoteamento conceitual devido ao fato de, no Brasil, termos uma história urbana dos que participam do pacto político, do qual o camponês é excluído e pelo qual é visto como um ator inferior, não essencial.

No entanto, esta imagem não condiz com a atuação da agricultura familiar visto que esta é um agente do desenvolvimento rural, através da produção e disponibilização de alimentos, asseguradora dos recursos ambientais, geradora de empregos (diretos e indiretos), mitigadora da pobreza e fonte de inclusão dos mais pobres (SILVA, 2013).

A argumentação da subalternidade da agricultura familiar e do pequeno produtor leva a subentender que a performance desse sistema nacional, como elemento de política agrícola voltado a modernização da agricultura, em associação ao crédito rural e a pesquisa agropecuária, teve um desempenho proeminente na integração econômica e social do rural com a industrialização.

Contudo, tratava-se de uma estratégia de manutenção da situação agrária vigente, na qual o Estado regulava e proporcionava o desenvolvimento do capital abarcado no latifúndio (SILVA, 2013). Partindo deste raciocínio a Ater oferecida a agricultura familiar continua atrelada ao conceito de extencionismo como Invasão Cultural, onde a visão dos que a levam se sobrepõe à daqueles que passivamente a recebem, desconsiderando o seu caráter educador de atuar com outros homens sobre a realidade que os mediatiza, tendo este um papel de comunicador (FREIRE, 1983).

É importante destacar que a maioria dos grupos agrários de hoje são constituídos por uma “mistura” confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura, em que alguns são semelhantes ao modo camponês e outros praticam uma lógica completamente diferente. Esta falta de entendimento teórico reflete negativamente na formulação de políticas e também na forma, por vezes distorcida, como os novos movimentos sociais se relacionam com o campo (PLOEG, 2008).

Nas últimas décadas, a agricultura familiar ganhou notoriedade social, política e acadêmica, no decorrer de lutas e mobilizações sociais no campo que culminaram com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), resultando, por meio de sua relevância, na disponibilização da ATER. Através de um processo multiforme, os serviços deste órgão estão sendo instituídos como instrumento de política agrícola, econômica e territorial para a agricultura familiar (SILVA, 2013). Esta ATER se constitui no veículo condutor das outras políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para agricultura familiar e tem um papel de destaque na construção e expansão de políticas públicas para a produção familiar brasileira, dialogando com outros eixos estratégicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDA), da qual está vinculada: gênero; crédito e fomento; sustentabilidade dos sistemas de produção; geração de renda; agregação de valor; combate pobreza rural; e segurança alimentar (SILVA; GREGOLIN, 2009).

Callou (2007) menciona que a Extensão Rural dentro da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta-se com o significado de estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações. Ainda diz que para concretizar essa significação, esta ATER sugere práticas “mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e

facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável, porém destaca que é sempre bom lembrar, que as estratégias de comunicação embutidas nas metodologias participativas, ou em qualquer outra metodologia para ação extensionista, são produtoras de informações e sentidos, não sendo neutras.

A política atual de ATER, busca assumir um caráter transversal com as políticas fins do MDA, com objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com mudanças no cenário da agricultura familiar. É uma política exclusiva para a produção familiar, portanto, trata o serviço de ATER como um direito, e mais, está voltada para favorecer iniciativas que contribuam com o desenvolvimento da agricultura familiar no território nacional (SILVA, 2013).

Uma rede de serviços foi organizada com a instituição da Política Nacional de ATER (PNATER), composta por organizações governamentais e não governamentais e privadas. Realizaram-se mudanças no marco legal que permitiram avançar na expansão desses serviços e foca-los junto a agricultura familiar. O volume de recursos orçamentários destinados para os serviços de ATER entre 2002 a 2013 passou de 3 milhões de reais para mais de 450 milhões (SILVA, 2013). A cartilha Alimentos para o Brasil: Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015 (MDA, 2015) menciona um acréscimo de 14,7% em relação à safra anterior (2013-2014), um volume total dez vezes maior do que o contratado há doze anos.

Segundo dados do último Censo agropecuário (2006) a abrangência do atendimento dos serviços de ATER/MDA ao universo de produtores familiares ainda é baixa, pois somente 33% dos agricultores familiares recebiam serviços de ATER, sendo que, desse contingente 29% auferiram orientações de serviço público. Dos estabelecimentos familiares com menos de 10ha apenas 20% receberam aporte do serviço, enquanto, os estratos maiores, de 10 a 50ha, 50 a 100ha e 100 a 500ha foram contemplados em uma proporção ainda menor, em torno de 16%; 3% e 4%, respectivamente. Na outra ponta, opondo-se aos estratos dos produtores familiares, os estabelecimentos com mais de 1000 ha (mil hectares), dos agricultores não familiares, constatou-se que 65% dos produtores foram acolhidos com orientações de instituições públicas e cooperadas (Quadro 01).

Área (hectare)	Total	Estabelecimentos com serviços de ATER				Total
		Pública	Coop. + ONG	Privadas	Outra	
Até 10	2.477.151	167.867	72.404	270.586	2.653	513.510
10 a 50	1.580.718	220.498	109.733	418.030	2.722	750.983
50 a 100	390.882	46.481	39.649	81.472	498	168.100

100 a 500	370.130	39.152	68.020	72.190	502	179.864
500 a 1000	150.698	5.063	18.847	9.870	109	33.889
Mais de 1000	47.578	7.725	23.041	7.213	108	38.087
Total	5.017.157	486.786	331.694	859.361	6.592	1.684.433

Quadro 01 - Quantitativo de estabelecimentos que receberam orientação técnica, por tamanho da área do empreendimento. Fonte: IBGE (2006).

Recentemente, o ministério do Desenvolvimento Agrário (2015) passou a destinar recursos para os mais de 4,8 milhões de agricultoras e agricultores familiares com, novas medidas que visem estimular ainda mais a produção de alimentos, buscar a garantia de renda ao produtor e a estabilidade de preços ao consumidor, inserir milhares de assentados e assentadas da reforma agrária em novas rotas produtivas, criar medidas de crédito que consideram as diversidades regionais e garantir apoio a sistemas agroecológicos, além da assistência técnica ser ampliada ainda mais como instrumento para alavancar a produção de alimentos saudáveis.

Esses serviços oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para a agricultura familiar baseiam-se na existência de técnicos em campo, dispendo de metodologias participativas de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de tal maneira a permitir avaliação e análise dos acontecimentos de forma periódica, com vistas a melhoria da condução das ações de extensão (SILVA, 2009).

Enfatiza-se a importância estratégica do setor familiar e a necessidade de que seus protagonistas participem das deliberações referentes ao uso dos recursos e aproveitamento das oportunidades locais. Há uma série de experiências virtuosas em andamento no país, por outro lado, há também um conjunto de outras evidências mostrando que sob o argumento da participação podem-se esconder práticas corporativistas, tanto de técnicos como de agricultores, que acabam produzindo resultados contrários ao esperado, pois as organizações estão mais voltadas a reivindicar do que a planejar e tal situação dissimula a governança e o controle dos recursos públicos por parte das instituições técnicas. Assim, a maneira como o processo de participação ocorre influencia no rumo das organizações produtivas (SILVA, 2013).

Segundo Abramovay (2007), o serviço de ATER é fortemente influenciado por uma visão corporativista que vê na participação social organizada condição necessária e praticamente suficiente de sucesso na execução de políticas públicas. Neste caso o parâmetro fundamental da avaliação tende a ser a capacidade de mobilização social a que a política dá lugar e os resultados que seus protagonistas conseguem obter do Estado para os segmentos sociais que representam. Esta visão se fundamenta em determinados conteúdos cognitivos que

adquirem por si só dimensão emancipatória, diante do desafio de fortalecer a representação social como base da política pública.

Atualmente, algumas mudanças estão em andamento no cenário nacional, o presidente interino, Michel Temer lançou a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, oficializando sua reforma ministerial e reduzindo de 32 para 23 o número de ministérios, extinguindo entre eles o MDA. O DECRETO Nº 8.780, de 27 de maio de 2016, publicado no dia 30 de maio de 2016 no Diário Oficial da União, transferiu as secretarias da reforma agrária e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, antes vinculados ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para a responsabilidade da Casa Civil. São elas: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

A Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA (CNASI) – emitiu nota em maio de 2016, afirmando que toda a população rural brasileira – que pode chegar a 70 milhões de pessoas – deverá ser afetada direta ou indiretamente pela decisão de extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e retirar importantes atribuições do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerando que a maior parte dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro é produzida em assentamentos e por agricultores familiares atendidos pelo MDA, e que sem as políticas nessas áreas, há forte possibilidade de que a produção sofra redução na mesma proporção à qualidade e diversidade dos gêneros alimentícios consumidos no país, onde o que se prevê é um reflexo negativo no desenvolvimento do campo, redução de renda e queda na qualidade dos produtos agrícolas que chegam à mesa do brasileiro. Além de comprometer os compromissos assumidos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e a última Conferência Climática - COP 21.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG em nota publicada em maio de 2016, destaca que a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transferência de parte de suas atribuições para o recém-criado Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, relega a agricultura familiar a um atendimento assistencial e de combate à pobreza no campo brasileiro, comprometendo a identidade e o protagonismo da agricultura familiar, que foi fortalecida pelas políticas públicas aplicadas pelo MDA, entre elas a ATER, tidas como referência para serem aplicadas em outros países, especialmente da América Latina e África. Ainda afirma que este ato reforça a prática de negar a existência de duas agriculturas no campo brasileiro e a importância do MDA na gestão e fortalecimento de

políticas públicas para os(as) agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, negando a importância social e econômica comprovada da agricultura familiar na produção de alimentos para a soberania e segurança alimentar, que tirou o Brasil do “Mapa da Fome” das Nações Unidas. Tais medidas mostram como as políticas públicas são diretamente dependentes do perfil governamental.

Considerando as informações apresentadas pode-se dizer que a atuação dos serviços de ATER ainda mantém um vínculo tanto com a estrutura da propriedade, como com o poder do sistema social rural, e que esta relação varia nas várias regiões do país, considerando ainda que a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural por enquanto ainda tem uma abrangência acanhada e que não atende ainda a demanda efetiva dos pequenos produtores familiares.

Por meio do entendimento destes conceitos, pode-se direcionar uma pesquisa qualitativa, de modo a entender quais são as bases que dão suporte a prática da assessoria ao trabalhador rural, praticante da agricultura familiar. Isto, sabendo que a capacitação do trabalhador rural é um dos principais objetivos a serem alcançados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Marques (2006), diz: “escrever é iniciar uma aventura que não se sabe onde nos vai levar; ou melhor, que, depois de algum tempo, se saiba não ser mais possível abandonar [...] é a elaboração crítica de uma experiência que a pesquisa comporta, isto é, no dizer de Niels Bohr (1995, p. 51, 91), “uma situação em que possamos dizer aos outros o que fizemos e o que aprendemos.”

Na metodologia foi utilizada a pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva e documental. “A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”, sendo que a fonte dos dados é o ambiente e o pesquisador é a peça chave para o cumprimento do objetivo. (ANDRÉ 1999, p. 12).

A pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno e não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA 2004). Os pesquisadores, neste caso, têm preocupação mais prática neste tipo de investigação. A pesquisa documental é muito

parecida com a pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O seu desenvolvimento segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, considerando-se que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, de um lado, os documentos de primeira mão (que não receberam qualquer tratamento analítico), tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, fotografias, etc. e do outro lado, os de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.(GIL, 2008).

A partir desta concepção, a escrita deste trabalho busca analisar os eventos ocorridos nesta realidade rural, como forma de intervir na realidade local, elaborar referências de convivência com a região que possam ser replicadas em outras localidades e ainda contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, tendo por base a agroecologia e a redução da pobreza na região semiárida do Nordeste Brasileiro.

3.2 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A pesquisa documental foi realizada através da análise dos planos operativos e relatórios de avaliação anuais e final do PDHC de 2002 a 2013, Manual de Operações do PDHC, PTDRS do Sertão do Apodi, relatórios do FIDA, Manual de elaboração do FISP, Relatório Final do Projeto Sertão, e de documentos e relatórios da EMATER, bem como do Site da Instituição, com a finalidade de extrair as informações sobre os objetos de estudo e ampliar o entendimento e a compreensão necessária a sua contextualização, além de coletar dados que eliminassem, ao menos em partes, qualquer influência ou intervenção com pesquisador.

Os dados primários são resultados das visitas a Unidade Local de Supervisão – (ULS) do PDHC no Território Apodi (TSA) e aos escritórios regionais de Umarizal e Caraúbas para a obtenção e acesso a documentos e informações, e a pesquisa de campo com a utilização de entrevista guiada por um roteiro semiestruturado (apêndices: A, B, C, D, E e F) após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE pelo(a) entrevistado(a), construído a partir de um roteiro simples, com vistas a atender os objetivos apresentados.

3.3 LOCAL DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como cenário o Território Sertão do Apodi no Rio Grande do Norte, e foi realizada especificamente nos Municípios de Apodi, Caraúbas, Governador Dix Sept Rosado, Upanema, Umarizal, Rafael Godeiro, Olho D'água do Borges, Felipe Guerra, Campo Grande e Janduís, por ser esta a área de atuação do PDHC no Rio Grande do Norte e também compreenderem a ação da EMATER.

3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos entrevistados nessa pesquisa foram lideranças do Território Apodi, instituições executoras e/parceiras e beneficiários diretos que estiveram diretamente envolvidos com a ATER do PDHC e EMATER. Para efeito de comparação, foram abordados agricultores que não foram atendidos pelo projeto e que receberam atendimento da ATER convencional, através da EMATER. A coleta de dados foi realizada considerando três grupos: o grupo 1 composto por instituições que conhecem as duas experiências, incluído as ONG,s e colegiado territorial, o grupo 2 com agricultores diretamente ligados ao PDHC e membros do PDHC e o grupo 3 composto por agricultores que não foram atendidos pelo PDHC e que receberam atendimento da ATER convencional e técnicos da EMATER. Ao todo foram realizadas 69 entrevistas. Os critérios para seleção foram:

- a) No grupo 1:
 - 01 Representante das Prefeituras dos Municípios de Apodi, Caraúbas, Governador Dix Sept Rosado, Upanema, Umarizal, Rafael Godeiro, Olho D'água do Borges, Felipe Guerra, Campo Grande e Janduís, no total de 10.
 - 01 Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios mencionados, no total de 10.
 - 01 Representante de cada uma das ONG's que executam a assessoria do PDHC nos Municípios mencionados e nas Comunidades/Assentamentos da Pesquisa - Atos, Diaconia, Terra Viva, Terra Livre, Coopervida, Centro Padre Pedro Neefs, Centro Pedra de Abelha, Sertão Verde, Seapac e Ceacru, no total de 10.
 - 01 Coordenador do Colegiado Territorial.
- b) No grupo 2:
 - 01 Diretor do PDHC.

- 01 Supervisor Local do PDHC no Território Apodi/RN.

Considerando que a atuação do PDHC acontece em 60 localidades rurais, optou-se por trabalhar com 20% destas (critério aleatório e não quantitativo, e que está vinculado a viabilidade da pesquisa), considerando a inclusão de todos os Municípios num total de 12 localidades com a seguinte distribuição:

- 02 em Apodi (14 localidades no total)
- 02 em Caraúbas (13 localidades no total)
- 01 em Felipe Guerra (04 localidades no total)
- 01 em Umarizal (02 localidades no total)
- 01 em Governador (09 localidades no total)
- 01 em Janduís (03 localidades no total)
- 01 em Campo Grande (03 localidades no total)
- 01 em Rafael Godeiro (01 localidades no total)
- 01 em Upanema (09 localidades no total)
- 01 em Olho D'Água do Borges (02 localidades no total)

A indicação das áreas foi referendada pela coordenação do colegiado territorial, com o apoio dos sindicatos rurais, atendendo o princípio da conveniência na localização dos entrevistados e considerando que as áreas tenham vivência dos dois modelos de ATER. Nas Comunidades/Assentamentos foram entrevistados:

- 01 Representante de Associação de cada localidade, no total de 12.
- 01 agricultor beneficiário do PDHC, no total de 12.

c) No grupo 3 para maior efeito de comparação, foram entrevistados agricultores que não foram atendidos pelo PDHC e que receberam atendimento da ATER convencional, com a seguinte distribuição:

- 10 agricultores atendidos pela EMATER sendo 01 por Município (considerando a indicação do colegiado através dos Sindicatos Rurais e técnicos da EMATER em alguns casos).
- 02 Técnicos da EMATER dos Escritórios Regionais presentes no Território.

Para melhor compreensão no decorrer desta pesquisa, os sujeitos estão codificados conforme quadro 02 a seguir.

Quadro – 2 Apresentação dos sujeitos entrevistados

Grupo	Categoria	Código do Entrevistado
Grupo 1	Prefeituras Municipais	Entrevistado-PM1
		Entrevistado-PM2

		Entrevistado-PM3	
		Entrevistado-PM4	
		Entrevistado-PM5	
		Entrevistado-PM6	
		Entrevistado-PM7	
		Entrevistado-PM8	
		Entrevistado-PM9	
		Entrevistado-PM10	
		Sindicato do Município	Entrevistado-SM1
			Entrevistado-SM2
	Entrevistado-SM3		
	Entrevistado-SM4		
	Entrevistado-SM5		
	Entrevistado-SM6		
	Entrevistado-SM7		
	Entrevistado-SM8		
	Entrevistado-SM9		
	Entrevistado-SM10		
	ONG's Executoras	Entrevistado-OE1	
		Entrevistado-OE2	
		Entrevistado-OE3	
		Entrevistado-OE4	
		Entrevistado-OE5	
		Entrevistado-OE6	
		Entrevistado-OE7	
		Entrevistado-OE8	
		Entrevistado-OE9	
		Entrevistado-OE10	
	Grupo 2	Representante PDHC	Entrevistado-RP1
			Entrevistado-RP2
Representante de Associação		Entrevistado-RA1	
		Entrevistado-RA2	

		Entrevistado-RA3	
		Entrevistado-RA4	
		Entrevistado-RA5	
		Entrevistado-RA6	
		Entrevistado-RA7	
		Entrevistado-RA8	
		Entrevistado-RA9	
		Entrevistado-RA10	
		Agricultor PDHC	Entrevistado-AP1
			Entrevistado-AP2
Entrevistado-AP3			
Entrevistado-AP4			
Entrevistado-AP5			
Entrevistado-AP6			
Entrevistado-AP7			
Entrevistado-AP8			
Entrevistado-AP9			
Entrevistado-AP10			
Grupo 3	Agricultor EMATER	Entrevistado-AE1	
		Entrevistado-AE2	
		Entrevistado-AE3	
		Entrevistado-AE4	
		Entrevistado-AE5	
		Entrevistado-AE6	
		Entrevistado-AE7	
		Entrevistado-AE8	
		Entrevistado-AE9	
		Entrevistado-AE10	
	Técnico da EMATER	Entrevistado-TE1	
		Entrevistado-TE2	

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

3.5 PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas foram realizadas com os sujeitos da pesquisa já mencionados, partindo inicialmente de uma conversa/entrevista com o Coordenador do Colegiado Territorial, onde se apontou como espaços de apoio para localização e indicação dos demais entrevistados os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR's dos 10 municípios, todos vinculados ao colegiado territorial. A partir destes, as áreas e os sujeitos da pesquisa foram definidos, inclusive com o apoio da estrutura sindical na concessão de sala para realização das entrevistas daqueles localizados na sede do Município. Como estratégia de localização e otimização do tempo, algumas visitas aos municípios aconteceram nos dias da feira livre, pois neste dia, os agricultores se deslocam para as sedes municipais e para os Sindicatos Rurais. Em muitos casos as entrevistas aconteceram nas Comunidades/Assentamentos ou nas residências, de acordo com a disponibilidade do entrevistado (a). As entrevistas com as ONG's e Poder Público foram agendadas e realizadas em locais definidos pelo(a) representante/técnico(a) a serem entrevistado. Aconteceram alguns casos de dificuldade na identificação dos sujeitos, sobretudo das Prefeituras Municipais, dada a mudança constante dos gestores em razão destes cargos serem comissionados.

3.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Toda a análise e interpretação foram realizadas com o apoio da análise interpretativa, após a coleta de dados, em que os pontos relevantes foram destacados e confrontados quando necessário com os dados da pesquisa bibliográfica e documental.

3.7 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO

3.7.1 Critérios de Inclusão

Participaram desta pesquisa apenas os beneficiários ativos nas suas associações, demais organizações e lideranças do território Sertão do Apodi que consentirem a realização da entrevista.

3.7.2 Critérios de Exclusão

Os que se recusaram a participar da pesquisa, bem como os membros inativos ou desligados das suas organizações.

4 RESULTADOS:

A apresentação dos resultados inicialmente traz informações sobre a EMATER e o PDHC, destacando seus objetivos, área de atuação e informações colhidas a partir da análise

documental e das visitas realizadas a essas instituições, bem como a impressão por parte dos entrevistados dos grupos 1 e 2 a partir da realização das entrevistas. Ao final é dado um maior detalhamento da percepção dos beneficiários e demais sujeitos que compõem o Território Sertão do Apodi/RN sobre a assessoria técnica ofertada e sobre as novidades e tecnologias desenvolvidas.

4.1 A EMATER

Segundo o site oficial da EMATER os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural surgiram no Rio Grande do Norte, em 27 de julho de 1955, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), inicialmente nos municípios de Santa Cruz, São Tomé, São Paulo do Potengi e Currais Novos. Sua entidade coordenadora era a ANCAR regional, sediada em Recife-PE, cuja proposta de ação visava o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo. A ação extensionista, direcionada para o trabalho educativo e para o crédito rural supervisionado, buscava viabilizar tecnologias voltadas para a melhoria da produção, aumento da produtividade e aproveitamento das riquezas naturais. As orientações técnicas eram dirigidas às culturas e criações, bem como à construção de benfeitorias agropecuárias (casas de farinha, armazéns, currais, etc.), cuidados com os alimentos, vestuário e administração do lar.

No ano de 1958 foi firmado o primeiro convênio da ANCAR com o Governo do Estado para facilitar a execução dos trabalhos, até então coordenados à longa distância pela entidade regional, o que postergava as decisões e orientações. Em 1963, o Serviço de Extensão Rural no Rio Grande do Norte já contava com 10 escritórios locais, 14 técnicos e 16 funcionários administrativos, que eram coordenados em nível nacional pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que existiu até 1974.

O trabalho desenvolvido tinha como lema “ajudar o homem do campo a ajudar a si mesmo”. O objetivo da entidade era desenvolver um trabalho cooperativo, baseado em princípios educacionais, na busca do aprendizado na agricultura, pecuária e economia doméstica. Envolvera lideranças, grupos de produtores, atividades com jovens rurais, através dos clubes “4S” (saber, sentir, saúde e servir) e dos mini postos de saúde, que muito contribuíram para o desenvolvimento das comunidades rurais (EMATER, 2016).

Em 1971, foi celebrado convênio entre a ABCAR e o Banco do Brasil, transformando o crédito rural supervisionado em crédito rural orientado. Em 1974, o Sistema de Extensão Rural, em nível nacional, tomou um novo e decisivo rumo. Foi extinta a ABCAR e criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), mudança esta

acontecida também no Rio Grande do Norte. Em 1975, foi extinta a ANCAR e instituída a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN), entidade pública de direito privado, criada através da Lei Estadual nº 4.484/75 e vinculada à Secretaria de Agricultura (SAG), o que dialoga com Peixoto (2008) quando cita o processo de regularização destas instituições.

Tais mudanças buscavam fortalecer a economia baseada na exportação e na adoção de um modelo de desenvolvimento rural com base na difusão de pacotes tecnológicos. Essa modernização da agropecuária teve por base o consumo de insumos e equipamentos industrializados e a mecanização intensiva que liberou mão-de-obra rural para a indústria e construção civil. A partir de então, as políticas de pesquisa agropecuária, crédito rural e Ater foram voltadas para o fortalecimento desse modelo, e as estruturas político-econômicas favoreceram a produção em grande escala de matéria prima agropecuária, destinada à exportação ou à industrialização.

Em 15 de março de 1990 a EMBRATER foi definitivamente extinta pelo Decreto nº 99.192, no primeiro dia do governo Collor, junto com outras estatais. Com este fato e a considerável diminuição dos recursos públicos, a EMATER como empresa se tornou inviável, não podendo celebrar convênios, contratos, acordos e nem vender seus próprios serviços, no aguardo de uma possível extinção.

A Lei número 6.486, de 05 de outubro de 1993, aprovada pela Assembleia Legislativa, transformou a EMATER-RN em AUTARQUIA, que passou a se chamar Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (INATERN), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), com competência para planejar e executar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, em atividades voltadas para a agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, bem como na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente, capacitação técnica dos agricultores familiares. Com as mesmas atribuições, a partir de 02 de fevereiro de 1995, o INATERN passou a se chamar EMATER-RN, nova denominação por força da Lei Complementar nº 129, condição vigente até hoje.

Após a criação da EMATER-RN, foram formuladas diretrizes e estratégias operacionais em consonância com as políticas agrícolas dos Governos Federal e Estadual, priorizando atividades de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial. Essas atividades eram voltadas para as áreas de atuação integrada com os Projetos Rural Norte e Sertanejo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais nos aspectos sociais e econômicos, tendo em vista o desenvolvimento das comunidades trabalhadas. No

entanto, no fim da década de 70, em decorrência das críticas à falta de sustentabilidade ambiental e socioeconômica do padrão tecnológico do modelo modernizador, começou a ressurgir o movimento da agricultura alternativa que por ter sofrido grande resistência de diversos setores (do Estado e dos meios acadêmico e empresarial), só veio a tomar força a partir dos anos 80. Por volta de 1985, após o fim do regime militar, os debates acadêmicos, sobre agroecologia, reforma agrária e missão do serviço público começaram a tomar corpo.

4.1.1 A ATUAÇÃO DA EMATER

A EMATER-RN atua junto aos agricultores de base familiar, assistindo a 167 municípios que corresponde a 100% do território estadual, executando programas, projetos e políticas públicas, no atendimento a 2.140 comunidades rurais, beneficiando 58.742 famílias de agricultores e agricultoras, em uma área de 133.196 hectares, através de 01 Escritório Central, 10 Unidades Regionais, 02 Centros de Treinamento e 154 Unidades Locais. Os 13 municípios restantes não tem sede própria, no entanto, os agricultores e agricultoras familiares são assistidos por técnicos de municípios vizinhos (EMATER, 2016).

Figura 1 – Mapa dos Territórios dos centros da EMATER no Rio Grande do Norte.



Fonte: Site da EMATER/RN

A partir do ano de 2010, com a criação da Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e

Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA a EMATER, cujos serviços sempre estiveram mais voltados para a agricultura convencional, vem tentando se adaptar as novas orientações sobretudo no que diz respeito ao princípio do desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, do enfoque multidisciplinar e da adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis (EMATER, 2016). Documentos dos escritórios locais dão conta de que a atuação da EMATER no Território Sertão do Apodi/RN esta dividida em três regionais diferentes (Regional Mossoró, Assu e Umarizal) que seguem uma divisão diferente daquela estabelecida no recorte territorial da Secretaria de Desenvolvimento territorial - SDT.

Figura 2 – Mapa das Regionais da EMATER no Rio Grande do Norte



Fonte: Site da EMATER/RN

Para obtenção das informações, a Regional visitada foi à localizada no município de Umarizal, que faz parte do recorte desta pesquisa e por está dentro do Território Sertão do Apodi/RN, dispondo das condições necessárias ao fornecimento das informações.

4.1.2 PRINCIPAIS AÇÕES

De acordo com Servidores das regionais, com visitas e entrevistas realizadas aos escritórios de Umarizal e Caraúbas, as principais ações da EMATER dentro do Território, estão ligadas a programas/projetos e são as seguintes:

a - Emissão de DAP – a EMATER/RN, como órgão credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP/PRONAF e trabalha nesta função. De acordo com a demanda os agricultores familiares procuram o escritório local, munidos de cópias dos documentos pessoais e da propriedade, e fazem a solicitação do referido documento. A partir disso o técnico da EMATER deve fazer uma visita ao local de trabalho do agricultor, com o intuito de averiguar se ele:

- ✓ Trabalha na agricultura,
- ✓ Explora parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;
- ✓ Reside na propriedade ou em local próximo;
- ✓ Não dispõe, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais e que obtenha no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- ✓ Tem o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado;
- ✓ Tem obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, podendo ainda realizar orientações técnicas.

b - Declaração de vacinação do rebanho contra a Febre Aftosa e emissão de GTA (Guia de Trânsito Animal), pois o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – IDIARN possui escritórios ou barreiras fitossanitárias em apenas 12 (doze) municípios potiguares. Nos demais, as declarações são fornecidas por técnicos da EMATER ou de prefeituras. Duas vezes por ano, nos meses de Maio e Novembro, os criadores compram a vacina nos postos de revenda, vacinam seu gado bovino, e em posse da nota fiscal de compra da vacina se dirigem ao escritório local da EMATER para declarar seu rebanho vacinado. Já a emissão da GTA (documento oficial para trânsito de animais e ovos férteis que

é entregue ao requerente e deve acompanhar estes animais durante todo o percurso (trajeto), conforme a Resolução 05/2011) pode ser fornecida em qualquer período do ano.

c - Inscrições e Vistorias de Inspeção no Programa Garantia Safra - Nos meses de Julho a Dezembro, os técnicos da EMATER elaboram calendário de inscrições no Programa Garantia Safra das comunidades rurais dos municípios. A adesão deve ser feita antes do plantio, para que o agricultor tenha sua produção segurada, sendo voltado ao agricultor com renda bruta familiar mensal de até 1,5 salários mínimo, que plante entre 0,6 e 5 hectares de algodão, arroz, feijão, mandioca ou milho. Outro critério é que o agricultor tenha aderido ao Programa e seja residente em municípios com perdas mínimas de 50% da produção, por falta ou excesso de chuva. Na safra 2015/2016, o valor do Garantia Safra será de R\$ 850,00 por agricultor, divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00. As Vistorias de Inspeção embora devam ser executadas pela prefeitura por profissionais (engenheiro agrônomo ou técnico agrícola) do quadro de efetivos, são realizadas pela EMATER já que nas prefeituras, profissionais com este perfil quase não são encontrados, sendo, portanto, este serviço solicitado ao Estado. Todo ano, no mês de Maio, pelo menos 50 (cinquenta) agricultores inscritos no programa são visitados. Na vistoria é averiguado se o mesmo realizou o plantio, de quais culturas e são calculadas as perdas individuais de cada produtor. Para o universo das amostras é feito o cálculo de perdas por município.

d - Projetos PRONAF (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) e Laudos de prorrogação de parcelas - De acordo com a demanda e procura por parte dos agricultores, os técnicos locais da EMATER elaboram projetos de financiamento e custeio para estes agentes financeiros e também emitem laudos demonstrando frustração das safras devido às secas, que comprometem a produtividade das atividades desenvolvidas e a renda familiar, fazendo com que os agricultores não tenham capacidade de pagamento das parcelas.

e - Distribuição de sementes – A cada ano é realizado nos municípios a distribuição de sementes selecionadas de milho, feijão e sorgo para os agricultores da região. Esta ação faz parte do programa Mais Viver, do Governo do Estado, que visa atender os pequenos produtores rurais que fazem parte das associações cadastradas nos BANCOS DE SEMENTES, onde cada agricultor recebe 05 quilos de feijão, 05 kg de milho e 03 kg de sorgo. No Território existem bancos de sementes em vários municípios, porém estes não atendem a todas as Comunidades e sua implantação esta condicionada a busca aos escritórios locais da EMATER para manifestar o interesse.

f - Projeto Segunda Água - A EMATER RN atualmente realiza a divulgação, capacitação e execução junto ao agricultor familiar de técnicas de convivência com o semiárido, com tecnologias de reconstrução dos agroecossistemas como: barramentos, renques e barragens subterrâneas.

g - Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Direta - O Compra Direta Local da Agricultura Familiar é uma ação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). É executado pelo Governo do Estado, através da EMATER - RN, em parceria com as prefeituras municipais. Este tem o objetivo de promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e possibilitar a inclusão sócio-produtiva no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar no RN. São comprados itens como frutas e hortaliças, derivados do leite, carnes e produtos beneficiados (bolos, doces, biscoitos, etc.). Os alimentos são repassados para creches, escolas e hospitais públicos, associações de idosos e outras instituições de assistência social. Cada agricultor pode vender o equivalente a R\$ 5.500,00/ano. Em alguns municípios o programa não é executado desde 2013.

h - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa do governo federal que visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados para suprir as necessidades nutricionais dos alunos. No mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE são para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Nesta ação a EMATER apoia os agricultores familiares na execução e elaboração de projetos de venda para a merenda escolar para as escolas dos municípios e do estado.

Conforme informações colhidas nos escritórios regionais, durante os anos de 2012 a 2014 alguns escritórios locais participaram da **Chamada Pública de ATER SAF/ATER N° 010/2012** trabalhando famílias selecionadas em algumas áreas rurais onde o objetivo era assegurar a estes agricultores familiares o acesso a serviço de ATER pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o seu fortalecimento. Os trabalhos eram realizados através de visitas individuais, com prestação do serviço de ATER diretamente ao agricultor familiar, e atividades coletivas, com a oferta de reuniões, cursos, oficinas e dia de campo. No ano de 2012, alguns escritórios da EMATER foram escolhidos como ponto central de distribuição de silagem. A EMATER Caraúbas, por exemplo, fez a distribuição de 426,3 toneladas de silagem de milho e sorgo para 805 criadores dos municípios de Caraúbas, Apodi,

Felipe Guerra, Janduís e Campo Grande. Nos dois anos seguintes (2013 e 2014) esse mesmo escritório foi ponto central de distribuição de Torta de Algodão para os produtores que fornecem para o Programa do Leite, tendo sido distribuídos cerca de 8.000 (oito mil) sacas de torta de algodão, beneficiando cerca de 200 criadores dos municípios de Caraúbas, Apodi, Janduís e Campo Grande. Além disso, deste 2013, todo ano é realizado em Caraúbas a distribuição de mudas de cajueiro anão precoce para os agricultores da região de Mirandas, Galho do Angico e Baixa Fechada. Atualmente os escritórios da EMATER, através do convênio Nº. **795118/2013 – MAPA/EMATER-RN** estão também com a Prestação de serviços de ATER para médios produtores situados nos municípios do Semiárido do Rio Grande do Norte. A observação e caracterização destes programas constata que estes tem uma concepção global para todas as regiões, cabendo a EMATER a execução de tais programas que são pensados igualmente para todos os agricultores, o que ignora a reflexão aqui já abordada de levar em conta a percepção dos indivíduos na sua localidade e realidade específica.

4.1.3 NOVIDADES E TECNOLOGIAS SOCIAIS

Nas ações ligadas às tecnologias sociais presentes nos municípios deste estudo, segundo as entrevistas e documentos, a EMATER desenvolve alguns projetos como os bancos de sementes, o Projeto Experimental da Unidade de Maracujá e o Programa Segunda Água que reúne uma série de atividades ligadas à convivência com o semiárido com a construção de Unidades Técnicas Demonstrativas (UTDs) como: **a** - barragens subterrâneas - a barragem subterrânea é uma implantação que tem por finalidade barrar a água de riachos temporários e mantendo a umidade no subsolo. Permite os cultivos na época de estiagem e aumenta o armazenamento de água para ser aproveitada através da captação e bombeamento em cacimbões, também conhecidos como poços amazonas; **b** -renques - os renques são implantações simples realizadas em nível e com espaçamento determinado pela declividade do terreno. Servem como balizadores para realizar plantio em curva de nível e diminuir o escoamento superficial das águas de chuva enriquecendo o solo pelo acúmulo de matéria orgânica e solo fértil, reduzindo a erosão, possibilitando a regeneração da vegetação nativa, **c** – barramentos assoreadores - são implantações feitas com pedras arrumadas de forma transversal ao leito de pequenas riachos para conter a erosão causada pela água das enxurradas, através do acúmulo de solo fértil e matéria orgânica a montante dos barramentos. Desta forma evita formação de voçorocas e permite a formação de solo para plantio de

culturas alimentícias ou mesmo regeneração da vegetação nativa nas margens dos riachos, **d** – cacimbões - o cacimão é um poço cavado manualmente ou com auxílio de máquinas, revestido por anéis de concreto, cuja finalidade é fornecer água para irrigar hortas e pomares do projeto. Geralmente é implantado a uma distância média de cinco metros na montante da barragem com profundidade de aproximadamente cinco metros. Para implantar um cacimão, é necessário, além dos anéis pré-moldados, tampa, brita e cimento, e **e** – hortas e pomares - as hortas e pomares são o resultado de todo o trabalho desenvolvido pelo projeto, pois com água suficiente acumulada pelas barragens, o agricultor familiar garante a produção de alimentos saudáveis para as famílias durante todo o ano, podendo comercializar o excedente da produção para programas e nos mercados locais.

Outra ferramenta interessante que o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER-RN vem trabalhando é o Sistema CERES que surgiu como forma de atender o avanço acentuado do uso das novas tecnologias e a busca de meios para aumentar a transparência das ações, a eficiência da execução das políticas públicas e a aproximação do agricultor familiar no acesso à informação. Considerando essa necessidade a EMATER, desenvolveu nos últimos cinco anos, em conjunto com os pesquisadores da Universidade Potiguar-UNP, este sistema on line, que aborda vários módulos administrativos como: controle de recursos humanos, planejamento, veículos e patrimônio, e módulos mais técnicos, voltados para a área fim, como Diário do Extensionista Rural (DER), Compra Direta, Programa do Leite e outras atividades(EMATER, 2016).

O módulo Diário do Extensionista Rural (DER) é de uso exclusivo dos extensionistas e destinado ao registro das atividades suas diárias, podendo auxiliar na captura de dados dos agricultores, suas propriedades, cultivos, criações, registro fotográfico e registro georreferenciado. No ano de 2015, a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte – SAPE, adotou o sistema CERES como ferramenta padrão de gestão, sendo adaptado para integrar as empresas de extensão rural, pesquisa, central de abastecimento, defesa animal e vegetal do Estado do RN. (MDA, 2015) Embora o sistema tenha grande utilidade ainda é pouco divulgado para os agricultores e instituições, que praticamente desconhecem esta ferramenta, não tendo sido feita nenhuma menção em nenhuma das entrevistas sobre a existência deste. Também é pouco utilizado pelos profissionais da área desta pesquisa, conforme explica o Entrevistado TE1:

Fiz uma pesquisa em nosso sistema recentemente e percebi que nossos técnicos ainda não tem a prática de inserir na nossa plataforma Ceres os agricultores que são atendidos e as atividades. Apenas três municípios tem registros (...) Vale salientar que eu mesmo estou atrasado nas postagens dos agricultores atendidos, então estas

informações só serão adquiridas nos respectivos escritórios locais(Entrevistado-TE1).

Já o entrevistado TE2 acrescenta que: “esta ferramenta é muito importante para o controle das ações, serve como uma espécie de monitoramento e controle para saber se estamos fazendo o que foi planejado”. Na plataforma existe ainda o módulo CERES Cidadão, um aplicativo voltado para todos, onde, os agricultores familiares podem ter acesso a diversos serviços e informações que contribuem para o aumento da transparência das políticas públicas, o aumento do agronegócio e na difusão de informações como: a construção de barragens subterrâneas, implantação de unidades do Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável (PAIS), postos de distribuição do leite, localização de tanques de resfriamento comunitário de leite e bancos de sementes. Também é possível ter acesso a diversos serviços como previsão do tempo, precipitação pluviométrica, calendário de feiras, cursos, palestras e encontros voltados para a agricultura, vídeos sobre capacitação, oferta de produtos da agricultura familiar, legislações e cotação de preços da Central de Abastecimento (MDA, 2015).

4.1.4 A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Profissionais dos escritórios de Caraúbas e Umarizal destacam que os maiores desafios da EMATER estão ligados ao custeio institucional para aquisição de material de expediente, veículos e, sobretudo com o baixo quantitativo de pessoal, sendo necessário fazer contratos temporários para se ter pelo menos um profissional em cada escritório municipal, estes que em algumas situações funcionam em prédios cedidos ou alugados. Segundo o Entrevistado TE2:

Cerca de 90% do atendimento disponibilizado acontece por demanda, ou seja, o agricultor se desloca até um escritório local em busca de atendimento para elaboração de projetos ou emissão de documentos. Os outros 10% surgem de acordo com as aptidões e conhecimento de cada técnico que oferece seus serviços, ou através do acompanhamento aos agricultores envolvidos em algum projeto específico. (...) Embora existam vários programas mencionados acima, as visitas quando acontecem, visam essencialmente à emissão de DAP, que representa a porta de entrada para uma série de outras políticas públicas (Entrevistado-TE2).

O Entrevistado TE2 também menciona que os investimentos e capacitações estão diretamente ligados aos programas, de acordo com as limitações dos mesmos e diz acreditar que as ações têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das famílias, embora o número de visitas de campo seja muito reduzido, mesmo durante a execução dos programas, causado, sobretudo pela falta de recursos humanos, pois embora a relação técnico-família estabelecida a nível documental seja de 80 famílias para um técnico, muitos escritórios contam apenas com um profissional para atender a todo um município, o que corrobora com

dados do Censo 2006 que apresentam como muito baixa a abrangência do atendimento dos serviços de ATER/MDA ao universo de produtores familiares. O Entrevistado TE1 acrescenta que: “a nossa formação profissional, geralmente é voltada para agrárias, onde os técnicos ainda executam papel generalista em razão da carência de equipes multidisciplinares”. Assim, segundo estes, não conseguem atender a todos os seguimentos da família rural, nem oportunizar o atendimento para áreas ligadas ao social, organizativo, gênero, geração ou áreas que necessitem de outras especialidades, limitando o atendimento, convergindo com o discurso proposto por Silva (2014) que coloca a dificuldade de encontrar profissionais com as qualificações e o tipo de educação requerida para a ATER.

Quando questionados sobre o controle e monitoramento das suas ações por parte dos beneficiários, os entrevistados informaram que a EMATER não dispõe de ouvidoria e que qualquer insatisfação é reportada aos escritórios regionais, e que o mais próximo de um sistema de monitoramento é a Plataforma CERES.

Para os servidores das sedes visitadas a democratização do serviço desta autarquia pública de extensão rural e assessoria técnica é mencionada como ponto positivo, pois permite o acesso a todos sem distinção, tendo caráter duradouro e permanente, porém os fatores já mencionados comprometem esta característica e deixam a desejar na qualidade e quantidade do serviço a ser ofertado ao agricultor.

Esta mesma vantagem: ser um serviço permanente e público é destacada por sindicatos rurais, representantes de prefeituras, técnicos de organizações não governamentais e pelos beneficiários que utilizam os serviços da EMATER. O Entrevistado-AE9 disse que sabe da importância da ATER para as comunidades e que gostaria de receber esse benefício: “aqui praticamente nunca tivemos o apoio de ninguém, nem me lembro se alguma vez veio um técnico na comunidade(...) quando a gente precisa de algum documento sai atrás de alguém pra fazer o serviço e vai no escritório.” Já o Entrevistado-AE10 acrescentou que: “O técnico até tem boa vontade, mais tem vezes que não tem nem folha no escritório, imagine carro disponível pra ir pro campo”

Os (as) agricultores(as) entrevistados nos municípios na categoria AE em sua maioria descreveram que os serviços de assessoria técnica devem apoiar o agricultor e vem para ajudar nas suas necessidades no campo, demonstrando entendimento sobre o assunto e sobre o tema abordado. Embora estes participem de programas ligados a EMATER e reconheçam a sua importância em ações como emissão de DAP, garantia safra e entrega de sementes, as falas registram insatisfação pela ausência do técnico no campo e pelos poucos serviços ofertados.

Alguns agricultores participantes de projetos se dizem satisfeitos em receber o benefício, porém mencionam que não escolheram a atividade produtiva e que o projeto não beneficia todas as famílias da sua Comunidade, sendo apenas para agricultores selecionados, como é o caso do projeto do maracujá que beneficia apenas o Entrevistado-AE5, que por sua vez destacou:

Não é a primeira vez que participo de projetos com a EMATER e sempre que participo recebo um bom atendimento. Eles vêm aqui quando é necessário e me esclarecem o que preciso saber para tocar meu projeto. Não tenho do que reclamar, também nunca tive outra assessoria técnica na minha Comunidade (...) mas me dou por satisfeita, pois o serviço é de graça e não vai se acabar como outras assistências por aí... é o que tenho de certo, e sei onde ir buscar(Entrevistado-AE5).

Este projeto mencionado tem por objetivo viabilizar a cultura do maracujá como fonte de renda alternativa aos agricultores, pois devido às características da cultura esta pode se adaptar ao semiárido, desde que o agricultor possa fazer pequenas irrigações. As famílias envolvidas são de seis municípios da região, com aproximadamente 15 famílias diretamente assistidas. A ideia é que cada família sirva de unidade demonstrativa para observação do comportamento da cultura, que inicialmente recebem as mudas e assistência técnica para fazer os plantios/testes e a partir destes pensar em uma posterior replicação e expansão do projeto (EMATER Regional Umarizal, 2016).

Para os Entrevistados da categoria SR o tipo de serviço ofertado pela EMATER embora tenha por base a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, ainda está longe de atender a demanda das famílias rurais, pois além de problemas estruturais e de quantitativo de pessoal, possui ações que pouco consideram a realidade local ou dão a devida importância ao pequeno agricultor familiar, disponibilizando poucos recursos e não atentando para questões como a produção agroecológica, atendimento de toda a unidade familiar e autonomia das famílias. Ainda acrescentam que os serviços apresentados são incipientes e que muitos profissionais ainda trabalham na perspectiva burocrática e formal, e com políticas pensadas para o grande produtor, o que condiz com o contexto apresentado por Abramovay (2003) e Sidersky *et al* (2010) ao fazerem referência ao cenário da agricultura familiar no Nordeste. O Entrevistado-SM2 ainda acrescenta que: “a assessoria técnica é de grande importância para as comunidades (...) deveria ser permanente e ter todo o investimento para atender o pequeno agricultor da mesma forma que atende o grande, só assim se teria desenvolvimento e valorização do trabalhador” (Entrevistado-SM2). O Entrevistado-PM4 ainda acrescenta que:

Essa assessoria da EMATER é muito em cima de projetos, é mais engessada, está defasada, não tem um perfil voltado também para o social, não sistematiza as ações

(...) seu quadro funcional e sua estrutura tem pouca coisa (...) existe boa relação com a prefeitura, inclusive na realização das ações, até equipamentos trocamos (emprestamos) para fazer as ações no município (...) também temos um setor de apoio ao agricultor, no âmbito da secretaria de agricultura, não faz trabalho de campo, más serve pra dar apoio(Entrevistado-PM4).

O Entrevistado-PM9 reforça que: “aqui a nossa situação é até privilegiada (...) tem escritório e técnico lá na EMATER, mas falta muita coisa ainda e o atendimento é pontual (...) o que eu acho pior é não atender toda a família” (Entrevistado-PM9).

No geral os entrevistados ligados ao poder público (categoria PM) apontam as mesmas dificuldades relatadas pelas demais categorias, porém ressaltam a instituição como parceira importante na realização de algumas atividades ligadas ao rural, essenciais para o município e destacam a boa relação da EMATER, sobretudo com algumas Secretarias de Agricultura na emissão de documentos e demandas de projetos pontuais.

O relatório de gestão 2014 da EMATER em todo o Rio grande do Norte aponta que considerando o cenário de estiagem consecutiva nos últimos três anos o Governo do Estado, através da EMATER-RN e parceiros, estabeleceram várias estratégias de convivência com o semiárido, destacando-se as de caráter emergencial voltada para a salvação do patrimônio genético da agricultura familiar, especialmente rebanho bovino, caprinovino e outros pequenos animais, muitos dos quais adquiridos com recursos do PRONAF. Com a liberação de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais) para aquisição de 174.520 sacos de torta de caroço de algodão, como medida mitigadora dos efeitos da seca, recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional que foi adquirida e distribuída ração aos agricultores familiares situados nos municípios em situação de emergência, resultando em melhoria no estado nutricional do rebanho afetado pela estiagem.

O mesmo relatório acrescenta que, visando melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares diante da prolongada estiagem, trabalhou se na adequação de infraestrutura nas propriedades rurais, com a priorização das microbacias hidrográficas e captação e armazenamento das águas pluviais com conjuntos de tecnologias agroecológicas adaptadas, como: implantação de 1.300 barragens subterrâneas, renques em contorno, barramentos assoreadores, cacimbões e equipamentos para implantação de sistemas produtivos para hortas e pomares.

Também destaca as ações de ATER exitosas voltadas à aquisição, por preço justo, da produção da agricultura de base familiar nas comunidades rurais do Rio Grande do Norte com a distribuição dos produtos para redes de entidades sociais, como: creches, associações de idosos, escolas públicas, entre outras, adquiridos em parceria com o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para beneficiar a população em situação de risco e vulnerabilidade alimentar e nutricional com o consumo de alimentos saudáveis.

Ainda menciona que no processo de animar e apoiar o desenvolvimento rural sustentável, a EMATER-RN elaborou projetos de crédito rural totalizando recursos do PRONAF da ordem de R\$ 34.318.054,19, e cadastrou e viabilizou a inclusão de 58.642 agricultores e agricultoras familiares no Programa Garantia Safra, totalizando R\$ 49.456.400,00 (Relatório de Gestão - 2014 Março - 2015 Página 5) assegurando uma renda mínima para os que vivem no campo após constatação de perdas de pelo menos 50% da produção prevista nas lavouras cobertas pelo programa.

O relatório 2014 evidencia as principais ações desenvolvidas voltadas para a inclusão social e produtiva de 88.489 famílias de agricultores e agricultoras assessorados direta e indiretamente pelas 156 Unidades Locais de Apoio ao Agricultor, presentes em todos os territórios da cidadania do Rio Grande do Norte, de acordo com a missão do Instituto de contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade.

4.2 O PROJETO DOM HELDER CÂMARA (PDHC)

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária do Semi-árido do Nordeste - Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), fruto de um Acordo de Empréstimo Internacional, firmado entre o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), é um programa de ações complementares de fortalecimento à Reforma Agrária e Agricultura Familiar na região do Semiárido. Ele é implementado pelo MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT (PDHC, 2013).

O objetivo geral estabelecido para o Projeto era inicialmente o de “aumentar a participação das famílias beneficiárias nos mercados locais e melhorar a gestão sustentável das suas atividades produtivas” (FIDA, 2007). Este foco, bastante restrito, é, em seguida, ampliado por objetivos específicos que mencionam, por exemplo, a necessidade de proporcionar as mesmas oportunidades para as mulheres, de implementar programas de formação, etc”. (FIDA, 2007). Documentos recentes do próprio PDHC enfatizam, como objetivo primordial, o fortalecimento de processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável, dos assentados(as) e agricultores(as) familiares, em parceria com os demais sujeitos sociais ligados direta ou indiretamente com o desenvolvimento territorial, na perspectiva da convivência com o

Semiárido, garantindo a transversalidade de gênero, geração e etnia, gerindo recursos sócio-políticos, ambientais, culturais, econômicos e tecnológicos, nas áreas selecionadas pelo Projeto (PDHC, FETAPE et al., 2007).

Pode se dizer então que “na sua essência, o Projeto Dom Helder Câmara é um projeto de ações referenciais voltadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido do Nordeste do Brasil, que orienta a suas ações embasado no conceito de convivência com o semiárido, articulando as dimensões sociopolíticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas e reconhecendo, nas diferenças estruturais e culturais e nos processos de concertação, as possibilidades para construção de alternativas” (PDHC, 2006a).

O Acordo de Empréstimo N° 494-BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA foi assinado em 2000, tendo as atividades de campo começado no final de 2002. O encerramento do projeto estava previsto para dezembro de 2010, contudo o mesmo foi sendo prorrogado tendo os últimos contratos de Assessoria Técnica Permanente – ATP, firmados no ano de 2013 e outros, como o do Bioágua Familiar, até o ano de 2015, estando no momento atual em negociação para implantação da fase 2 do projeto (ULS, 2016). Um levantamento recente mostra que a sua atuação abrange atualmente 77 municípios em oito territórios (FIGURA 01), sendo eles São João do Piauí (PI), Sertão Central (CE), Sertão dos Inhamuns (CE), Sertão do Apodi (RN), Cariri Paraibano (PB), Sertão do Pajeú (PE), Sertão do Araripe (PE) e Sertão Sergipano (SE) (PDHC, 2009).

Trata-se de um Projeto Governamental, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, porém executado por entidades da sociedade civil (Parceiras de Execução Direta - PEDs) em espaços territoriais (Manual de Operações PDHC, 2005).

Figura 3 – Mapa dos Territórios da Cidadania de ação do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC no Nordeste.



Fonte: Unidade Gerencial do Projeto UGP/PDHC.

O PDHC define territórios como espaços socialmente utilizados em um contexto ambiental, no qual as relações sociais, econômicas, políticas e culturais estão mediadas por características que são reconhecidas pelas pessoas no seu interior (PDHC, 2006b). Tais territórios estão todos concentrados no semiárido brasileiro, que segundo Albuquerque e Aliomar (2008) possui uma população de aproximadamente 21 milhões de habitantes e ocupa um território com cerca de 970 mil quilômetros quadrados. A vegetação dominante nessa região é a caatinga, bioma tipicamente brasileiro, e possui regimes de chuvas concentrando em período único e curto, que vai de três a cinco meses apenas, com distribuição irregular e altos índices de evapotransposição, ainda possuindo na maioria da superfície, relevos declivosos e solos rasos e frágeis.

As ações apoiadas contam com serviços de assessoria, que, pautados na perspectiva da agroecologia, estão voltados para aspectos tais como: a segurança hídrica e alimentar, produção, beneficiamento e comercialização, organização e apoio aos temas transversais de gênero, geração e etnia, além de educação e serviços financeiros (apoio ao cooperativismo de crédito, economia solidária, acesso a mercados, entre outros). Esta assessoria que é um eixo central da ação do PDHC é desenvolvida, através de contratos firmados com Organizações Não Governamentais e por Movimentos Sindical e Social, que formam equipes de Mobilizadores Sociais (SIDERSKY, JALFIN E ARAÚJO, 2010).

Esta trajetória tem feito com que o PDHC se constitua na atualidade como um projeto de referência no Semiárido Nordeste, fundamentalmente por desenvolver uma proposta de Assessoria Técnica, diferenciada e multidisciplinar, concebida como uma ação contínua, sistêmica, pautada pelas demandas, interesses e necessidades das famílias beneficiárias e referendada também em posicionamento técnico que se baseia nos princípios da Agroecologia e autonomia das famílias (PDHC, 2008).

Considerando que a ATER foi, durante muito tempo, uma tarefa desempenhada quase que exclusivamente por organizações governamentais, com um enfoque metodológico “difusionista” e uma opção técnica baseada no que é chamado de “pacote da revolução verde”, o PDHC busca romper com esta realidade. Sendo ele mesmo uma iniciativa governamental, o PDHC afirma a sua identidade com visões renovadas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, como a do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) ou ainda, aquela explicitada na PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) (MDA, 2004).

Embora não tenha nascido com esta característica, na época de ouro da revolução verde, o serviço de extensão rural tinha uma concepção muito restrita do que ela devia fazer, preocupando-se quase que exclusivamente com a “modernização” dos agroecossistemas, por meio da difusão de inovações técnicas. O PDHC busca quebrar esta tradição, definindo o serviço de assessoria técnica que ele quer proporcionar de forma muito mais ampla. O Termo de Referência para Contratação de Assessoria Técnica Permanente (ATP) estabelece que os objetivos da assessoria (que não é mais chamada de assistência) são bastante amplos, abrangendo temas tais como o acesso a serviços sociais básicos, o fortalecimento das organizações dos (as) agricultores (as), a segurança alimentar, além de temas mais convencionais como ampliação da capacidade tecnológica e ampliação das oportunidades de inserção nos mercados (SIDERSKY, JALFIN E ARAÚJO, 2010). Esta perspectiva dialoga com Callou (2007) que diz que a ATER deve estimular, animar e apoiar iniciativas visando à melhoria da qualidade de vida, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores em todos os processos de desenvolvimento rural sustentável.

Considerando a realidade atual é generalizada a necessidade, tanto em assentamentos como em comunidades da região semiárida, de pensar novos agroecossistemas sustentáveis que permitam uma intensificação (aumentando a produtividade das áreas cultivadas) onde for possível, para aumentar a produção e diminuir a pressão sobre as zonas de maior fragilidade e, ao mesmo tempo, que promovam um melhor manejo dos recursos naturais, favorecendo a sua regeneração. Assim, é possível dizer que o ponto de partida para a assessoria técnica do

PDHC é a ideia de que o desenho ou geração de agroecossistemas mais sustentáveis (num sentido amplo) é uma tarefa central, sendo, ao mesmo tempo, um instrumento de luta contra a pobreza, e um meio de preservação dos recursos dos agroecossistemas de gestão familiar (PDHC, 2006b). Em lugar de buscar promover a ‘modernização’ dos agroecossistemas com base principalmente na trilogia clássica que inclui as variedades de alto rendimento, a adubação química e o controle químico de pragas, o PDHC busca apoio na Agroecologia para sugerir inovações que sejam, ao mesmo tempo, mais produtivas em termos econômicos, mas também mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, corroborando com Callou (2007) quando menciona que a Assistência Técnica e Extensão Rural deve ter como centro o fortalecimento da agricultura familiar, adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações. Este conceito de agroecologia adotado pelo PDHC tem por base a definição assumida por Altieri (2002) considerando que:

“A Agroecologia é uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (...) Ela engloba um entendimento dos níveis ecológicos e sociais da coevolução, da estrutura e do funcionamento dos sistemas. A Agroecologia incita (...) a identificar o potencial sem limite de agregar biodiversidade, a fim de criar sinergismos úteis que dotem os agroecossistemas da capacidade de manter-se ou voltar a um estado inato de estabilidade natural” (ALTIERE, 2002).

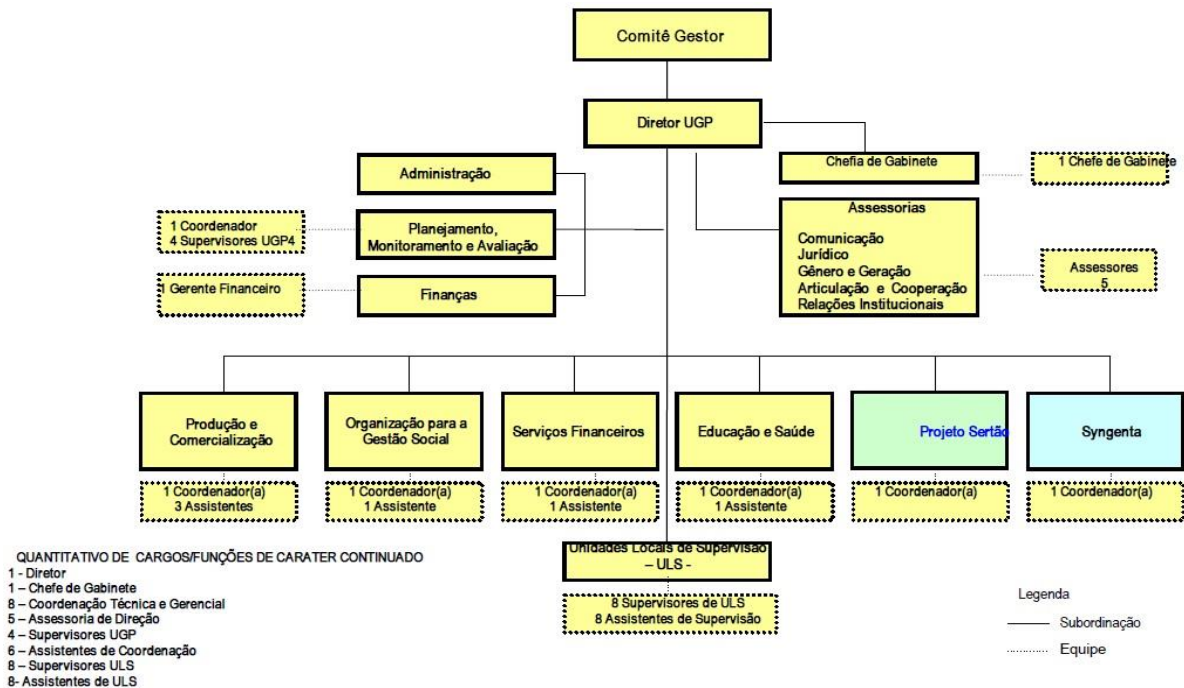
Na região semiárida, a experiência e a matriz técnica agroecológica aconselham a busca de agroecossistemas com um certo tipo de perfil (SIDERSKY, JALFIN E ARAÚJO, 2010):

- ✓ Que busquem o aumento do produto comercializável, mas garantam também espaço ao autoconsumo, à autonomia e à diversificação;
- ✓ Que procurem reduzir o risco (particularmente aquele advindo das secas);
- ✓ Que valorizem a produção existente, sem desprezar novas oportunidades;
- ✓ Que, do ponto de vista técnico, procurem a produção de maior quantidade de fitomassa, aproveitando a biodiversidade, a constituição de estoques.

A gestão Institucional do Projeto é feita pelo Comitê Gestor e pela Unidade Gerencial – UGP com sede em Recife/PE a nível do seis estados. No território é realizada pelo Comitê Territorial (Colegiado composto por mais de 154 membros, com representantes de cada uma das comunidade/Assentamentos atendidos pelo PDHC, além de representantes da Sociedade Civil, sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e Cooperativas, representantes do Governo Municipal, Estadual e Federal, e o próprio PDHC), responsável pela aprovação dos planejamentos anuais apresentados pelas comunidades/assentamentos. Este é formado por no mínimo 50% de representantes dos (as) beneficiários (as), até 25% de representantes da

sociedade civil organizada e até 25% de representantes do poder público e o Supervisor Local, que faz a secretaria executiva do colegiado sem direito a voto. Todo o acompanhamento das ações e contratos e feito pela Unidade Local de Supervisão – ULS.

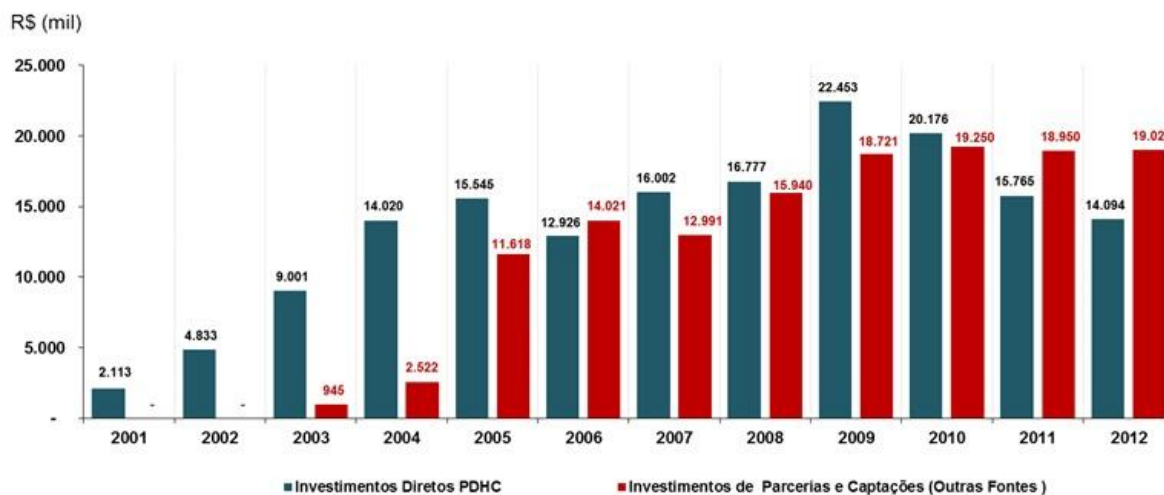
Figura 4 – Organograma UGP/PDHC



Fonte: Manual de Operações, 2005.

Dentre as diretrizes orientadoras e estratégias para a sua execução, o PDHC busca reduzir as condições de pobreza extrema através do desenvolvimento das famílias/comunidades rurais, com a ideia central de que investir no ser humano é essencial para transformar o semiárido, tendo nesse foco sua opção estratégica. Para tal orienta-se no protagonismo das famílias, autonomia, desenvolvimento e democracia, aprendizagem, integração de políticas, programas e projetos, interação estado-sociedade, articulação de ações locais, territoriais e nacionais e no fortalecimento dos processos locais, participativos e solidários de construção social. Com relação especificamente a assessoria técnica orienta-se por dois momentos importantes no debate nacional: o Workshop Nacional sobre “uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar” e na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA (SIDERSKY et al 2010).

Uma estratégia eficiente para o Projeto foi à articulação de políticas públicas, o que aumentou significativamente sua captação de recursos para a realização de ações em seus territórios de atuação, conforme detalhado na figura 5, onde a média de captação corresponde a 45% do total de recursos investidos.

Figura 5 – Evolução dos recursos Aplicados do PDHC e captações externas

Fonte : UGP - PDHC 2012

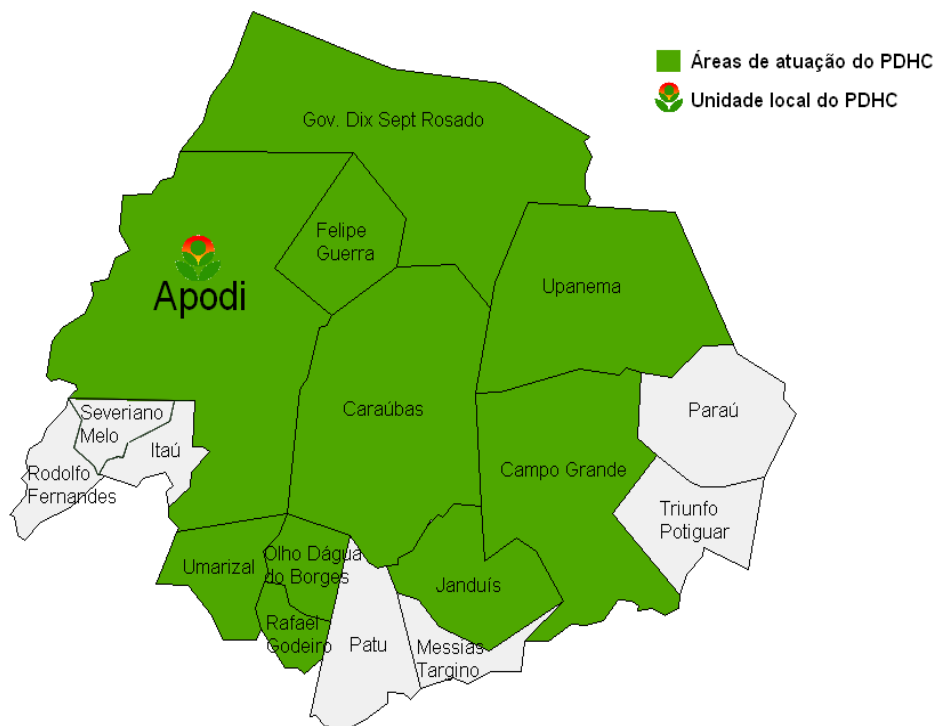
No Sertão do Apodi existem vários exemplos desta articulação com diversas entidades públicas, como o financiamento das sete barragens sucessivas no Rio Umari, através do Programa de Desenvolvimento Solidário – PDS (Governo do Estado e Banco Mundial), colaborações com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), além de parcerias com as prefeituras que entram com recursos para comprar produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e participam com aportes para projetos do Fundo de Investimento Social e Produtivo - FISP social (que além da contrapartida da comunidade exige-se também cofinanciamento), parcerias com as Universidades UERN, UFRN e UFERSA, com a PETROBRAS financiando diversos projetos e também com a operacionalização do crédito PRONAF, onde através da elaboração muitos agricultores tiveram acesso aos investimentos, inclusive as linhas PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Infraestrutura e até do PRONAF Floresta para implantação de uma área de manejo da caatinga (ULS PDHC, 2016).

4.2.1 O PDHC NO SERTÃO DO APODI

No Rio Grande do Norte a ação do PDHC esta localizada no Território da cidadania Sertão do Apodi, que é composto por dezessete municípios, atuando em 10 destes (Figura 6): Apodi, Caraúbas, Governador DixSept Rosado, Upanema, Umarizal, Rafael Godeiro, Olho D'água do Borges, Felipe Guerra, Campo Grande e Janduís, dos dezessete que compõem este

território, tendo no município de Apodi a Unidade Local de Supervisão - ULS. Essa configuração passou a existir a partir de 2008 com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania do MDA, com a inclusão dos municípios de Campo Grande, Janduís, Rafael Godeiro e Olho D'água do Borges como áreas diretamente atendidas pelo projeto (ULS, 2016).

Figura 6 – Mapa dos municípios de atuação do PDHC no Território Sertão do Apodi/RN



Fonte: Unidade Local de Supervisão ULS/PDHC.

Segundo a Supervisão Local, nesses 10 Municípios o Projeto realizou ações diretas em 60 áreas de Assentamentos e Comunidades rurais atuando com 2.332 famílias diretamente. As 10 Organizações Não Governamentais – ONG's, conhecidas como Parceiras de Execução Direta – PED's, responsáveis pelos serviços de Assessoria Técnica Permanente – ATP são: Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável – ATOS, Diaconia, Centro Padre Pedro Neefs, Centro Pedra de Abelha, Cooperativa Terra Livre, Núcleo Sertão Verde, Centro de Assessoria as Comunidades Rurais e Urbanas – CEACRU, Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA, Centro Terra Viva e o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC, conforme distribuição e atuação especificada no quadro 3 obtidas a partir do Plano Operativo Anual – POA 2013 do PDHC.

Quadro – 3 Parceiras e comunidade/assentamentos atendidos

Parceira de ATP (Assessoria técnica Permanente)	Município	Assentamento/Comunidade	Nº de famílias
ATOS	Olho D'água do Borges	Comunidade Brejinho	22
		Comunidade São Geraldo	20
	Caraúbas	Assentamento Nova Morada	20
		Assentamento Glénio Sá	20
		Assentamento Petrolina	50
		Assentamento Santa Agostinha	34
		Comunidade Cachoeirinha	25
		Comunidade Morada Nova II	25
		Comunidade Pedra II	30
		Comunidade Galho do Angico	37
		Comunidade Sombras Grandes e Milagres	30
Total		313	
Diaconia	Caraúbas	Assentamento Ursulina	54
		Comunidade Boágua II	57
		Comunidade Cacimba do Meio	32
		Comunidade Abderramant	42
	Umarizal	Assentamento Remédio	63
		Comunidade Caiçara	41
Rafael Godeiro	Comunidade Teixeira	39	
Total		328	
Centro Padre Pedro	Janduís	Comunidade Arrimo	25
		Comunidade Verruma	27
		Assentamento Pau de Leite	11
Total		63	
Centro Pedra de Abelha	Felipe Guerra	Comunidade Mulungu	68
		Comunidade Brejo	32
		Comunidade Passagem Funda	24
		Comunidade Arapuá	4
		Comunidade Fazenda Nova	17
Total		145	
Cooperativa Terra Livre	Upanema	Comunidade Baixa do Dutra	36
		Comunidade Tapera/Umari	65
		Comunidade Vertente e Cabano	13
		Assentamento Palheiros III	221
		Assentamento Nova Vida	10
Total		345	

Núcleo Sertão Verde	Upanema	Assentamento Lagoa Vermelha	50
		Comunidade Piracicaba	24
		Comunidade Santa Maria	28
		Comunidade Cacimba do Meio	14
		Comunidade Baixa Fechada e Adjacencias	47
	Campo Grande	Comunidade Morcego	73
		Comunidade Bom Jesus	74
		Comunidade Campo de Aviação	29
Total		339	
CEACRU	Governador Dix Sept Rosado	Assentamento Areias	35
		Assentamento Santo Antônio	39
		Assentamento Monte Alegre II	54
		Assentamento Riachão	22
		Assentamento Agro Horizonte	11
		Comunidade Gangorrinha	35
		Comunidade Aguilhadas	19
		Comunidade Marcolino	20
		Comunidade Saboeiro	19
Total		254	
COOPERVIDA	Apodi	Assentamento Sítio do Góis	100
		Assentamento Tabuleiro Grande	87
		Assentamento Moacir Lucena	26
		Assentamento Vila Nova	15
Total		228	
Centro Terra Viva	Apodi	Assentamento Nova Descoberta	46
		Assentamento Paraíso	30
		Assentamento Milagres	30
		Assentamento Laje do Meio	24
		Comunidade Água Fria	68
		Comunidade Bamburrau	54
Total		252	
SEAPAC	Apodi	Comunidade Queimadas	42
		Comunidade Reforma	23
Total		65	
Total Geral do TSA		2332	

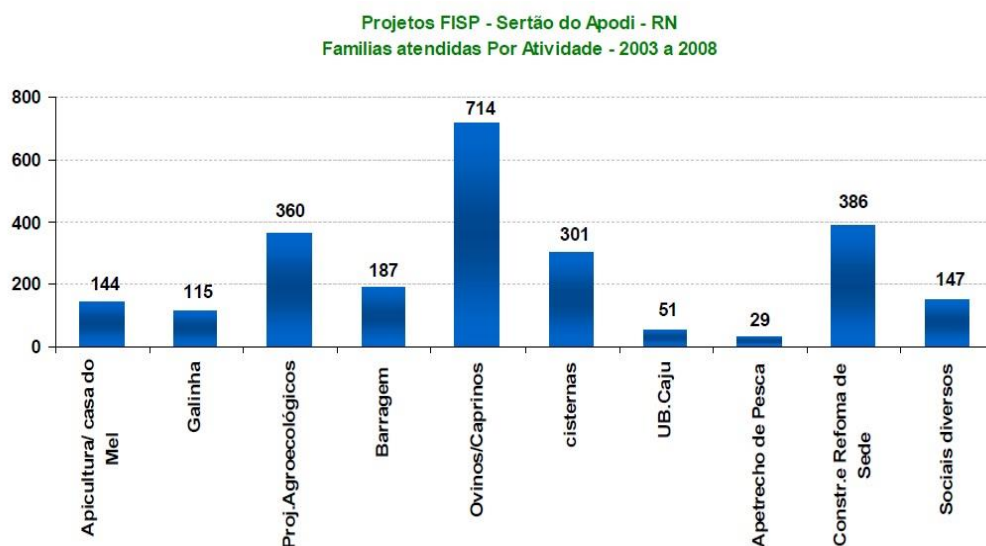
Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Os contratos com as Parceiras apresentam em sua totalidade a contratação de 24 profissionais para atender as 2.332 famílias no ano de 2013, configurando-se assim uma média de aproximadamente 98 famílias para 1 técnico (POA 2013). Com base nos relatórios

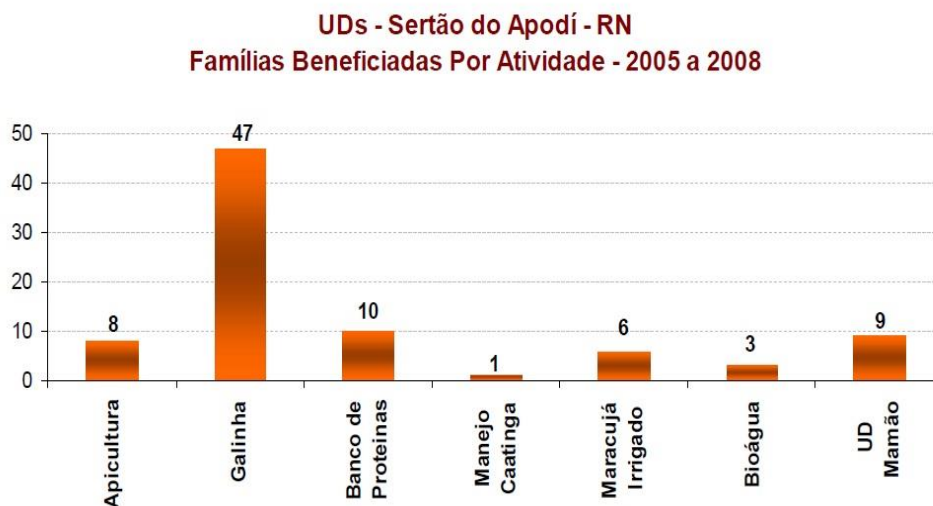
analisados, a partir da realização das oficinas locais de planejamento nas comunidades/assentamentos (que tem por base uma construção ascendente, participativa e processual) as entidades elaboram o plano operativo anual - POA, que após aprovação do colegiado territorial, dá origem aos contratos com as parceiras, prevendo ações voltadas para a assessoria técnica às famílias, eventos de capacitação e intercâmbios, e do acesso a crédito, através dos projetos de investimento com as Unidades Demonstrativas – UD's (experimentação) e do Fundo de Investimento Social e Produtivo - FISP com o objetivo de apoiar as iniciativas sociais e produtivas sustentáveis das comunidades atendidas, apoiar projetos de gerenciamento de recursos hídricos e fortalecer as entidades associativas das famílias beneficiárias, por meio de processos participativos de identificação, priorização, elaboração, execução e gestão de projetos de interesse coletivo.

Segundo as entrevistas com o grupo 1 e com base nos relatórios de avaliação, esses fundos injetaram muitos recursos para as famílias do território até o ano de 2008 em diversas áreas com projetos como: construção de cisternas, caprinocultura, apicultura, manejo da caatinga, barragens subterrâneas, casas de mel, projetos de hortas e quintais agroecológicos, unidades de beneficiamento do caju, etc. (Figuras 7 e 8). O Entrevistado-OE5 ressalta que: “nos primeiros anos elaboramos muitos projetos produtivos e sociais para as famílias (...) isso foi muito bom, pois deu uma alavancada nas atividades e a na produção das associações” (Entrevistado-OE5). Já o Entrevistado-SM8 acrescenta que: “os recursos dos projetos eram a fundo perdido e isso era muito importante para dar um impulso na agricultura, mas também existia muita responsabilidade na escolha dos projetos e nas prestações de conta” (Entrevistado-SM8).

Figura 7 – Famílias beneficiadas com Projetos FISP's no Território Sertão do Apodi/RN



Fonte: Dados originalmente compilados do Sistema de Informação do PDHC – Projetos, Ações e Contratos (PAC).

Figura 8 – Famílias beneficiadas com Projetos UD's no Território Sertão do Apodi/RN

Fonte: Dados originalmente compilados do Sistema de Informação do PDHC – Projetos, Ações e Contratos (PAC).

A partir deste mesmo ano as ações foram focadas na consolidação dos projetos já contratados, com maior ênfase na assessoria técnica, culminando também com a diminuição dos recursos orçamentários disponíveis, dada a proximidade com o encerramento do acordo de empréstimo inicial (ULS, 2016). Os valores máximos disponíveis para elaboração de FISP e UD por família eram os seguintes: FISP produtivo - na ordem de US\$ 450.00 por família (quatrocentos e cinquenta dólares americanos), FISP Social - na ordem de US\$ 200,00 por família (duzentos dólares americanos) e o FISP Mulher ou jovem - na ordem de US\$ 450.00 por família (quatrocentos e cinquenta dólares americanos). As UD's ficavam em torno de 2.500 reais por família, podendo esse valor ser elevado de acordo com a questão da pesquisa participativa na lógica da geração de conhecimento, já que o objetivo destas era servir de experimento para futura difusão de aprendizado (Manual de Elaboração de Projetos FISP, 2005).

Um dado que chama atenção é que nem todas as comunidades/famílias tiveram acesso a esses recursos dos fundos, o que segundo a gestão do projeto (ULS) se justifica pelo aumento do número de famílias a partir de 2008 com o início do Programa Territórios da cidadania do MDA, o que aumentou a área de atuação do projeto de 6 para 10 municípios, bem como a quantidade de famílias sem, no entanto, haver a ampliação destes recursos destinados aos fundos. Outra possibilidade apontada pelas entrevistas com o grupo 1, é que nem todas as parceiras de ATP deram a devida celeridade na discussão e elaboração dos projetos, o que causou a perda desta oportunidade para algumas famílias, pois o crédito disponível já havia esgotado quando do envio das propostas. Esta fala é reforçada pelo Entrevistado-PM4 ao dizer que: “aqui no município teve muita capacitação e a assessoria

técnica só trabalhava mais com jovens, pois esse é o foco deles (...) foram poucos os projetos produtivos (...) pra mim isso não foi bom, era pra ter tido mais investimento com a produção.” (Entrevistado-PM4). Já o Entrevistado-SM10 acrescentou que: “essa ONG só fez mais os projetos que eles queriam e gostavam (...) nossa relação nunca foi muito boa porque não é certo ONG querer ser sindicato” (Entrevistado-SM10).

4.2.2 O MONITORAMENTO E OS CONTRATOS

Segundo o manual de Operações, o monitoramento no Projeto Dom Helder Câmara está representado pela sistemática de acompanhamento do andamento e dos resultados das ações patrocinadas, bem como dos contratos a elas vinculados, de forma concomitante, para garantir o alcance dos objetivos e metas. A gestão dos contratos é o principal elemento do monitoramento, pois todas as ações deverão estar lastreadas por um contrato de execução para o empreendimento ou serviço. Dessa forma, os contratos passam a ser uma peça-chave no acompanhamento da execução das ações, estando vinculados a uma ação estruturadora ou projeto e conseqüentemente, a uma das linhas de ação do Plano Operativo Anual, permitindo o rastreamento de todo o processo de execução orçamentária. O controle é exercido pela UGP, a partir dos dados fornecidos pela equipe do próprio Projeto, dos beneficiários e dos executores, que serão obrigados por força de contrato a fornecer os dados que possibilitarão o acompanhamento da execução contratual e da prestação do serviço com a qualidade desejada. O acompanhamento dos contratos aparece como o gatilho de autorização para o pagamento das obrigações contratuais, assim como para disparar ações de auditoria (diligências) e até de cancelamento por ineficiência ou ineficácia na sua execução (Manual de Operações, 2005).

Segundo as entrevistas com as parceiras de ATP e os beneficiários a liberação dos recursos era feita em parcelas liberadas mediante a apresentação de programação trimestral, relatório de acompanhamento, fichas de monitoramento e alimentação de um sistema on line de monitoramento operativo, onde a cada visita realizada na comunidade/assentamento o técnico coletava a assinatura de pelo menos três beneficiários atestando sua ida ao campo, colocando essas fichas e demais informações no sistema on line denominado ATP formando um banco de dados, com informações disponíveis capaz de gerar vários relatórios com base nesses registros.

Também existe um esforço no monitoramento de impactos e resultados nos projetos financiados, onde talvez a mais importante ferramenta tenha sido o controle social, pois as famílias, mobilizadores e demais envolvidos nas ações das comunidade/assentamentos eram visitadas constantemente pela supervisão local, membros da UGP e por auditores. Um fator

importante apontado pelas 10 ONG's parceiras entrevistadas, dizem respeito à realização mensal de uma reunião com a supervisão local de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – PMA, onde aconteciam ajustes e informações sobre o andamento das ações. Sobre esse sistema alguns técnicos, embora digam acreditar na viabilidade do sistema, se mostraram descontentes com o recolhimento das assinaturas, como se isso os levasse a submissão perante os agricultores familiares, outros o consideram essencial para a dinâmica de trabalho e para a interação com a os agricultores. A presença do monitoramento e participação social neste projeto vão de encontro ao postulado por Silva(2008) quando este diz que o controle e a participação social na política pública de ATER é uma forma de partilhar a gestão entre estado e agricultores familiares, como um instrumento e uma expressão da democracia.

Relatórios da Unidade Local de Supervisão – ULS apontam que para dar suporte as suas ações o Projeto Dom Helder Câmara também realizou ao longo dos anos contratos específicos com outras instituições para dar suporte as suas ações no Território Sertão do Apodi/RN. No ano de 2013, assim como em anos anteriores, além dos contratos de ATP, foram realizadas também as seguintes ações: 02 com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do norte – FETARN: o primeiro destinado a dar apoio ao curso de Técnico Agropecuária em parceria com a Escola Agrícola de Jundiá - EAJ, com o objetivo de formar e qualificar jovens agricultores (as) familiares em Técnicos (as) Agrícolas com habilitação em Agropecuária ampliando sua formação e qualificação em técnicas de convivência com o semiárido para que possam atuar em empreendimentos da agricultura familiar com vistas à melhoria das condições de vida na perspectiva da institucionalização de um assessoramento técnico fundamentado no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Através deste Projeto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN proporcionou oportunidade a centenas de jovens agricultores (as) familiares a concluírem um Curso Técnico, formando e qualificando esses jovens para que estes desenvolvam atividades de assessoramento técnico nas suas unidades produtoras familiares e/ou através de parcerias com outras instituições de assistência técnica existentes no Estado, chegando assim ao mercado de trabalho. No ano de 2013 cerca de 100 (cem) alunos/as eram participantes do Projeto. Até este mesmo ano, segundo o POA 2013 da FETARN, a parceria PDHC/ FETARN / EAJ já havia formado 11 (onze) turmas, num total de 486 (quatrocentos e oitenta e seis) técnicos e técnicas Agrícolas com habilitação em Agropecuária durante esses 12 (doze) anos de experiência. Iniciando essa articulação com a Escola Agrícola de Jundiá, na execução do PIDRS - Projeto Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável, junto ao SAF e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaíba nos anos de 1998 a 2000.

O segundo referente ao Projeto de Mobilização e Formação para Gestão e Organização Social do Rio Grande do Norte - mobilização social na perspectiva de atuar no fortalecimento da atuação das entidades parceiras de ATP e na promoção e consolidação de um projeto de gestão sustentável das comunidades e assentamentos beneficiários, tendo como principal desafio continuar avançando no processo de organização e participação social das famílias, interagindo com a Assessoria Técnica Permanente, aperfeiçoando os instrumentos de monitoria, sistematização e divulgação das experiências, além do acesso às políticas públicas. Trata-se de investir na organização social, sindical e associativa, na produção e na comercialização, no acesso ao crédito, na comunicação, interagindo na acessibilidade, controle, monitoramento e gestão de políticas. A execução do Projeto é realizada por um coordenador e 12 mobilizadores sociais selecionados através dos Sindicatos Rurais dos 10 municípios de atuação do PDHC no território Sertão do Apodi/RN.

Também foram contratados os serviços do Centro Feminista 8 de março e do Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na área da Criança e do Adolescente - CEATICA, entidades responsáveis por dar suporte as equipes técnicas nas ações de gênero e geração respectivamente. Esta primeira instituição foi responsável pela assessoria às comissões de mulheres dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's, apoio a participação das mulheres em atividades de auto-organização e em espaços de controle social e qualificação das mulheres trabalhadoras rurais e técnicas das instituições parceiras para o fortalecimento das práticas feministas. A segunda teve por objetivo consolidar o processo de organização da juventude na agricultura familiar no território, buscando ampliar a participação e inclusão da juventude rural em projetos e ações, fortalecer o controle social sobre as políticas públicas para o campo e disseminar o conhecimento e as tecnologias sociais acumuladas entre grupos e áreas, além de oferecer subsídios teórico-metodológicos, através de um processo de capacitação para técnicos e jovens mobilizadores sociais.

4.2.3 NOVIDADES E TECNOLOGIAS SOCIAIS

Dentro das ações ligadas às tecnologias sociais, o projeto procurou efetivar ações voltadas para a convivência com o semiárido e a questão ambiental tendo por base a agroecologia, conforme informações a seguir extraídas do Relatório de Avaliação Final (2010) e do Relatório Final do Projeto Sertão (2014): Em seus anos iniciais foi pioneiro na implantação de cisternas de placa e barragens subterrâneas, com recursos do FISP social para as famílias beneficiárias. Entre os anos 2009 a 2013 foram firmados contratos anuais para a

execução de serviços técnicos especializados com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA tendo como meta a implantação, acompanhamento e monitoramento dos sistemas Bioágua Familiar instalados nas áreas piloto que visa o desenvolvimento sustentável de área rural do semiárido brasileiro pelo reuso de água cinza através de um sistema denominado Bioágua Familiar. Quatro sistemas foram projetados e instalados em comunidades rurais do município de Olho D'Água dos Borges-RN.

Dois sistemas foram implantados em duas residências da Comunidade de São Geraldo, um no Sítio Tapera e outro no Sítio São Domingo. Nos primeiros anos foram desenvolvidos estudos de uso de água cinza tratada na produção de hortaliças nessas áreas e instalados nas residências os sistemas bioágua familiar, cada um incluindo, basicamente, a coleta de água cinza, seu tratamento em um filtro e horta, onde a concepção, projeto e instalação de cada sistema foram de responsabilidade do Projeto Dom Helder Câmara e da Assessoria Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável (ATOS).

Os estudos proporcionaram a obtenção de diferentes informações relacionadas à qualidade e quantidade de água cinza produzida, desempenho dos filtros usados para tratamento das águas cinza, qualidade do solo e de hortaliças a partir de irrigação com água cinza tratada, entre outras. Como meta a ser cumprida está à realização do monitoramento dos sistemas Bioágua Familiar instalados nas comunidades (UFERSA 2013). A partir dos resultados desta experiência no ano de 2013 foi aprovado em seleção pública junto a PETROBRAS o Projeto “Bioágua Familiar: Reuso da água domiciliar para produção de alimentos no Semiárido”, que objetiva consolidar o Sistema Bioágua Familiar de Reuso da Água Cinza como alternativa para a produção de alimentos e redução da contaminação ambiental nos quintais das famílias agricultoras da região semiárida brasileira, sendo difundido no Território do Sertão do Apodi-RN, local onde a tecnologia foi desenvolvida. Com a pretensão de formar 1.000 agricultores/as sobre implantação, manejo e manutenção do sistema e 120 alunos de escolas rurais ligadas a estas comunidades sobre o tema da educação ambiental, e prestar assessoria técnica às famílias com a implantação de 200 sistemas bioágua familiar, buscando disseminar o conhecimento acumulado no Projeto entre agricultores, gestores públicos, técnicos, professores e demais atores sociais envolvidos com a agricultura familiar na região semiárida. Durante a execução aconteceram várias publicações, entre elas o manual de elaboração do bioágua familiar, como estratégia de divulgação e difusão desta tecnologia para toda a Região Nordeste.

A execução deste Projeto ocorreu no âmbito de uma estratégia integrada de desenvolvimento rural sustentável, tendo o patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental, a ATOS como proponente e as parcerias de ATP do Projeto Dom Helder Câmara -

PDHC/MDA/FIDA/GEF, da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA e das escolas públicas e associações comunitárias das comunidades/assentamentos da área de atuação do projeto, sendo finalizado em 2015. Segundo as entrevistas, todas as tecnologias e projetos tiveram uma sequência lógica considerando a necessidade imediata, isso fica claro na fala do Entrevistado-RP2 ao dizer que: “foram muitas as tecnologias, mas todas as escolhas da comunidade e da equipe técnica foram praticadas e ocorreram de acordo com o real e necessário naquele momento, diversificando o sistema e sendo úteis a realidade” (Entrevistado-RP4).

Outras três ações foram desenvolvidas juntos as famílias para impulsionar a produção e reforçar a base tecnológica proposta na lógica do PDHC que tem por base a agroecologia em colaboração com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF): a - O Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos que objetiva demonstrar a possibilidade de se expandir a cultura do algodão em bases agroecológicas, em consórcio com culturas alimentares, em assentamentos e comunidades de agricultores familiares do Semiárido nordestino, buscando formatar um sistema integrado de geração de renda, segurança alimentar com a produção de alimentos, como milho, feijão, gergelim, dentre outros produtos. Além disso, procura promover o exercício permanente de ações voltadas para preservação e conservação dos recursos naturais, cuidando do solo, da água e da biodiversidade (EMBRAPA Algodão, 2011). A partir da experiência iniciada pela ONG Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria no Ceará nos anos 90, o Projeto Dom Helder Camara (PDHC), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em colaboração com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Algodão iniciou uma experiência de revitalização da cultura do algodão com base em: 1) uma proposta técnica de base agroecológica com práticas de conservação e manejo da fertilidade dos solos, que permite conviver com o bicudo e outras pragas, aliado a 2) produção de alimentos para as famílias e animais, cumprindo uma estratégia importante das famílias na convivência com o semiárido, 3) a colocação do algodão em um mercado diferenciado que remunera melhor de acordo com a conformidade orgânica e as formas de produção (comércio justo e mercado orgânico), e 4) o fortalecimento da gestão social local sobre os processos de produção, certificação e comercialização da produção (Relatório PDHC 2009).

O projeto utiliza metodologias participativas para a construção do conhecimento por meio da aprendizagem participativa e modular. A formação de técnicos de campo e agricultores multiplicadores é realizada pelas instituições parceiras, Embrapa Algodão e o Esplar, onde o processo de construção do aprendizado ocorre de forma simultânea, mediante a

troca de informações entre agricultores e técnicos, para que as soluções dos problemas abordados sejam encontradas de maneira construtiva e com a participação de todos, observando-se as demandas dos agricultores a fim de entendê-las melhor e procurar incluí-las no contexto do projeto. As visitas de intercâmbio entre grupos de agricultores que já cultivam algodão em consórcios agroecológicos caracterizam-se como uma das etapas que mais valorizam a participação deles na construção do modelo partilhado, pois, na troca de informações, há uma fixação maior das ações desenvolvidas diretamente na condução da cultura a campo. Destaca-se que o processo de transição agroecológica passa por etapas que devem ser respeitadas, para que o processo de certificação seja validado (ULS, 2013).

O cultivo em consórcios é comum entre os agricultores nordestinos, normalmente milho e feijão. A introdução do algodão e gergelim, junto a outras culturas alimentares, veio na tentativa de diversificar e incrementar a renda, principalmente pelo algodão que tem um preço diferenciado em relação ao algodão convencional. (EMBRAPA Algodão, 2011). No Sertão do Apodi, a partir da iniciativa das 125 famílias agricultoras integrantes do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos em 2012 foi criada a Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA) que recebeu a declaração de credenciamento como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), emitida pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O credenciamento representa grande conquista, uma vez que, como OPAC, a associação pode emitir o selo brasileiro orgânico dos produtos vegetais, permitindo que as famílias agricultoras comercializem seus produtos com valor agregado (ULS – Apodi, 2012). b – O projeto de Hortas e Pomares Agroecológicos – Nas áreas de atuação é comum haver indisponibilidade de água em quantidade suficiente ao menos para pequenos projetos de irrigação, que por sua vez aparecem como uma demanda frequente nos planejamentos participativos nas comunidades e assentamentos. Diante desse cenário, o Projeto Sertão/PDHC optou por atender à demanda das famílias por irrigação, nos locais em que houvesse condições ambientais básicas para isso, e construir com elas o conhecimento necessário para implantar e manejar sistemas de irrigação que trilhassem os caminhos da sustentabilidade. Ademais, foi priorizada a inserção da produção agroecológica irrigada em canais curtos de comercialização, especialmente as feiras agroecológicas, como uma das estratégias para fortalecer o manejo sustentável de terras levado a cabo pela agricultura familiar no Semiárido (Relatório PDHC, 2009).

Assim, para ampliar o conhecimento sobre o manejo agroecológico de hortas e pomares irrigados junto às famílias no âmbito do Projeto, iniciou-se um processo articulado e metodologicamente estruturado de formação territorial pela experimentação, que se desenvolveu de 2008 a 2011. A partir de 2012, a formação teve sequência com as ações

rotineiras da assessoria técnica permanente (ATP). O objetivo da formação foi centrado na promoção da sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas envolvidos na produção irrigada de hortaliças e frutas, com base na manutenção de produção diversificada e de qualidade ao longo do ano, atendendo ao mercado consumidor das feiras agroecológicas. A principal estratégia da formação foi colocar regularmente grupos de agricultores(as) e técnicos(as) em processos de troca de saberes, planejamento e avaliação da produção e de experimentações participativas, baseadas na agroecologia e focados nas problemáticas cotidianas das famílias na produção e na inserção regular - e com qualidade - dos produtos no mercado. As formações contemplaram a saúde da terra (controle de erosão, controle e ajuste da irrigação, aporte de matéria orgânica, compostagem, cobertura morta, adubação verde) e saúde e equilíbrio entre os organismos (biofertilizante, controle alternativo de insetos-praga e doenças e arranjo da agrobiodiversidade, consórcios e rotações de culturas). A produção de alimentos em bases agroecológicas no Semiárido tem desafios peculiares, em especial quando se refere a pequenos sistemas irrigados, devido ao risco de salinização das áreas produtivas. Por outro lado, se bem manejadas, as áreas de produção irrigada tornam-se esteios da segurança alimentar e economia das famílias agricultoras (Relatório Final Projeto Sertão/PDHC, 2014). Esta ação envolveu 18 comunidades/assentamentos, 10 mobilizadores sociais, 9 técnicos das parceiras de ATP, 36 agricultores experimentadores e 146 famílias que produzem/comercializam hortas agroecológica no Sertão do Apodi/RN(Relatório ATOS, 2010). c – O projeto de Experimentação em manejo da caatinga que envolveu agricultores de, mobilizadores e técnicos de ATP, buscou a regulação do pastoreio e enriquecimento da caatinga, a recuperação e enriquecimento de áreas degradadas, bem como o aumento do potencial produtivo dos criatórios de abelhas, caprinos e ovinos. Esta ação foi estimulada através de um processo de experimentação, sendo apoiada em projetos Campos de Aprendizagem e do Fundo de Incentivo Ambiental (FIA) e respaldada por uma formação territorial baseada na experimentação participativa respaldada por instituições de pesquisa reconhecidas que orientavam o processo de desenvolvimento da atividade em cada território. Entre as atividades aconteceram encontros de aprendizagem nas comunidades, oficinas comunitárias, seminários de Monitoramento, Avaliação e Planejamento, capacitação para equipes técnicas e Intercâmbios entre os territórios (ULS, 2010).

Dentro da estratégia de busca por parceiros e recursos ainda foram executados a partir de chamadas públicas o Projeto juventude Rural e o Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS em parceria com a PETROBRAS, com atividades espalhadas em suas áreas de atuação, incentivando a formação em gestão de recursos hídricos e na produção de hortaliças integradas com a produção familiar (ULS 2012). Com a agregação de

recursos a partir da chegada em 2007 do projeto Manejo Sustentável de Terras no Sertão, ou simplesmente Projeto Sertão - Acordo de Doação FIDA GEF-FSP-002-BR que se originou da necessidade de fortalecimento da dimensão ambiental no âmbito da atuação do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) surgiram outros financiamentos como o FIA – Fundo de Incentivos ambientais – no valor de 1.500 reais por família e Campos de Aprendizagem com o objetivo de aprimorar a essa estratégia através de projetos demonstrativos referentes às questões de meio ambiente, sustentabilidade no uso das terras, adaptação às mudanças climáticas e também estimular a preservação da biodiversidade, recursos hídricos, solos, etc no bioma caatinga (Relatório Final Projeto Sertão/PDHC, 2014). Segundo o Entrevistado-SM1:

“Essas ações de formação do PDHC contribuíram muito para criar lideranças nos municípios (...) tem técnico de ONG que veio dessas formações, tem outros que ocupam cargos importantes em órgãos públicos, tem uns que ensinam aos mais jovens e foram pra faculdade (...) as mulheres se destacaram em suas comunidades (...) essa parte foi como uma escola que ajudou a capacitar os agricultores e também deu a oportunidade de por em prática aquilo que foi aprendido (Entrevistado-SM1).

O Entrevistado-AP1 ainda acrescenta que: “a assessoria técnica nos deu a oportunidade de aprender mais e também de ensinar, sabe foi como uma troca: eu dei e recebi também” (Entrevistado-AP1). Já para o Entrevistado-RA3 ainda acrescenta que: “hoje sou outra pessoa e tenho mais confiança (...) mesmo com dificuldade acredito que se aqui tiver o apoio certo a gente pode fazer qualquer coisa” (Entrevistado-RA3). Essas falas vão de acordo com o preconizado por Freire (1983) ao dizer que o educador também é o educando na troca de conhecimentos de qualquer natureza.

4.2.3.1 AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

O fortalecimento dos espaços de comercialização de produtos da agricultura familiar faz parte da estratégia de apoio ao setor, que o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) e seus parceiros, vêm reforçando no Território Sertão do Apodi. Com a colaboração das entidades que prestam serviços de assessoria técnica, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Upanema, Fórum das Associações, Emater, Prefeituras Municipais e outros foram criadas as Feiras Agroecológicas da Agricultura Familiar nos municípios de Upanema, Campo Grande, Caraúbas e Olho D’água do Borges, que tem apresentados ótimos resultados até os dias atuais (ULS, 2016). As que tiveram aporte direto receberam recursos para estruturar barracas padronizadas e adquirir os demais utensílios necessários para o funcionamento da feira como

balança, mesas, cadeiras, fardamento, embalagens, além de um amplo investimento em divulgação e comunicação. Segundo dados dos grupos 1, 2 e 3 o apoio à comercialização se traduz em uma ação das mais importantes, pois uma das maiores dificuldades do agricultor é fazer a venda de seus produtos, e ao vender diretamente ao consumidor, pratica-se um preço mais justo e o trabalho da agricultura familiar passa a ser mais valorizado.

Algumas dessas Feiras, a exemplo a de Caraúbas/RN recebeu a declaração de cadastro como Organismo de Controle Social – OCS emitido pela Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte (SFA – RN), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Com este certificado de produtor orgânico, os agricultores familiares já estão habilitados a vender diretamente ao consumidor e a programas governamentais de aquisição de alimentos. O passo seguinte para consolidar a certificação orgânica foi à criação de um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade – OPAC que é uma opção de certificação permitida pela legislação brasileira para os agricultores e agricultoras familiares organizados através de Sistemas Participativos de Garantia, para gerar o selo orgânico (ULS PDHC, 2016). Um estudo realizado em 2012 com oito famílias da Comunidade de Sombras Grandes e Milagres que comercializam seus produtos na feira agroecológica de Caraúbas revelou uma renda mensal de R\$ 852,66 para cada uma das que compõem o grupo das hortas com a venda da sua produção. (Gurgel e Oliveira, 2015). Ao questionar sobre as contribuições para o municípios o grupo 1 foi categórico em destacar a implantação da feiras como um fortalecimento da economia municipal e também de seu papel para o escoamento da produção. Ainda como informação relevante foi apontado como resultado significativo para o Município de Olho D'água do Borges o resgate da Feira Livre, com a implantação da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar, pois neste município não havia feira há mais de 20 anos, tendo esta tradição retornado no final de 2007 e permanecendo até a atualidade. As feiras agroecológicas têm se revelado instrumentos eficazes para a sustentabilidade da agricultura familiar no Semiárido, elevando a renda das famílias agricultoras e fortalecendo o processo de conversão agroecológica dos sistemas produtivos. Contribuem decisivamente para o desempenho de novos papéis pela agricultura familiar, aumentando a organização das famílias agricultoras e seu protagonismo. E promovem uma relação de maior solidariedade e troca de experiências conhecimentos entre os agricultores e agricultoras feirantes. Os agricultores e agricultoras familiares passam a desenvolver uma nova relação com os moradores da cidade, que valorizam a qualidade dos alimentos saudáveis e diversificados, sem veneno; e reconhecem a contribuição dos homens e mulheres do campo no dia a dia da alimentação de sua família, bem como seus valores e dignidade (Azevedo et al, 2013).

4.2.4 A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E INSTITUIÇÕES:

Segundo as entrevistas dos grupos 1 e 2, 100% destes disseram aprovar a forma de assessoria técnica apresentada pelo PDHC em suas comunidades/assentamentos, destacando para a qualidade dos serviços prestados por equipes multidisciplinares, com ações e projetos voltados para toda a família, inclusive mulheres e jovens e por ter caráter permanente e ações voltadas para a convivência com a região semiárida levando em conta suas particularidades. O Entrevistado-OE1 ressalta que: “o PDHC trouxe um novo jeito de fazer assessoria técnica através do diálogo com o agricultor e sua realidade (...) tudo foi construído e pensado coletivamente e não trouxe receitas prontas” (Entrevistado-OE1). O Entrevistado-OE2 acrescenta que: “uma das grandes dificuldades de se fazer ATER é estar atrelado a pacotes prontos que chegam nas comunidades sem considerar o local e suas necessidades” (Entrevistado-OE2). Já para o Entrevistado-AP3 “o Dom Helder ajudou muito a gente aqui, ensinou coisas, mas perguntou a gente(...) antes eu só sabia produzir com veneno, agora não uso mais e ainda ganho com isso(...) vendo o que produzo na feira e é isso que tá me mantendo” (Entrevistado-AP3). Tais falas vão de encontro a SIDERSKY *et al* (2010), quando trata da relação das políticas quase sempre vinculadas a pacotes tecnológicos inadequados e degradadores das condições ambientais existentes, e corroboram ainda com o PLOEG (2008). Quando se refere à estruturação da agricultura produtivista brasileira tradicionalmente embasada por "pacotes tecnológicos".

Como exemplos dessas tecnologias de convivência com a região semiárida desenvolvidas pelo PDHC apareceram inicialmente ações de apoio à segurança hídrica e alimentar, como as cisternas e barragens subterrâneas, financiadas com recursos do FISP social. Outras novidades vieram na sequência através dos projetos FISP produtivos e das novas experimentações exemplificadas como: bioágua familiar, projeto algodão, manejo da caatinga, hortas, biogás, etc. As falas desses grupos também destacaram que o PDHC teve papel fundamental na formação de novas lideranças nos municípios, onde os agricultores e agricultoras, sobretudo os jovens e as mulheres passaram a ocupar espaços nas diretorias das associações, comissões, sindicatos e até cargos públicos e posições de destaque, contribuindo significativamente para a autoestima e empoderamento das famílias. Também teve papel importante para a estruturação e fortalecimento da ATER do terceiro setor, ao investir em ações contínuas de capacitação em temáticas importantes a convivência com o semiárido, dando mais qualidade aos técnicos(as) de ONG,s.

Um fato mencionado pelos beneficiários que chamou bastante atenção foi à relação de “amizade e cooperação” entre as equipes técnicas e agricultores (as), o que segundo estes facilitou a troca de conhecimentos e o aprendizado. A presença constante (semanal) no campo é outro elemento apontado pelos entrevistados, assim como o caráter articulador que permitiu o acesso a políticas territoriais como o PRONAF infraestrutura, recursos do Governo Estadual e Municipal e de Estados como a PETROBRAS beneficiando vários municípios do TSA. O fato de ser executado por ONG’s também aparece como elemento positivo, pois muitas destas instituições surgiram nos municípios através do movimento sindical ou da igreja, fortalecendo laços pré-existentes.

Ao levantar as fragilidades do PDHC os entrevistados dos grupos foram categóricos apontando os seguintes fatores: 1 - os valores destinados às entidades de ATER que inicialmente eram bons, permaneceram praticamente inalterados até o final do projeto não acompanhando o crescimento salarial no país, fator apontado pelo grupo 1, bem explicado na fala do Entrevistado-OP3: “No início o valor para a ATER era muito bom, mas os anos foram se passando e esses valores não acompanharam o aumento das coisas(...) o salário mínimo aumentou, o combustível subiu, o material de expediente também e os recursos do PDHC não acompanharam(...) o que era um salário muito bom foi ficando defasado” (Entrevistado-OP3). 2 - o projeto por ter caráter piloto não atendeu a totalidade das comunidades/assentamentos do TSA(grupo 1 e grupo 2) tendo municípios com apenas uma ou duas áreas atendidas o que segundo o Entrevistado-PM8 disse que: “é uma pena que um projeto tão bom tenha tido essa limitação(..) muitas outras comunidades gostariam de ter e precisavam de um projeto assim” (Entrevistado-OP3). Já o Entrevistado-RC1 mencionou que: “outras comunidades mereciam ter também essa oportunidade de investimento e de assessoria técnica, na realidade outros municípios também deveriam ter esse direito” (Entrevistado-RC1). O Entrevistado-PM8 ainda acrescentou que: “foi muito restrito aqui, só atendendo 30 famílias, hoje se tem pouca gente que conheça a atuação do projeto (...) e também a mudança nas pessoas do poder público que chegam e não se informam das coisas” (Entrevistado-OP3). 3 – muitas entidades de ATER apresentavam mudanças constantes de profissionais em seu quadro técnico, quebrando a interação técnico/agricultor e poucos eram os veterinários dado o tamanho do efetivo animal das comunidades/assentamentos (grupo 1 e 2) e 4 - o encerramento do projeto comprometeu a continuidade de algumas ações produtivas e afetou algumas organizações de agricultores(as), que ainda não estavam em um nível desejável de autonomia e também não absorveu outras comunidades, municípios e territórios no Estado(grupos 1 e 2). Para o Entrevistado-AP9: “aqui as coisas continuam a caminhar, continuamos a fazer o que a gente aprendeu, a produzir e a vender na feira mas o pessoal (os técnicos) fazem muita falta(...) é

ruim ter algum problema e não ter a quem perguntar” (Entrevistado-AP9). O Entrevistado-AP4 disse que: “muitos ainda não estavam preparados para a saída do projeto(...) a minha associação está sem presidente, a documentação atrasou, só os projetos que ainda estão caminhando e acho que porque no projeto cada um faz o seu e na associação precisa de mais apoio e de todo mundo(...) ainda não era a hora do projeto acabar” (Entrevistado-AP4). Esta fala, assim como outras na mesma linha mostram que na questão da autonomia o PDHC, embora tenha contribuições, ainda deixou algumas lacunas em aberto.

Durante as entrevistas, sobretudo as do grupo 1 e 2, uma questão que se buscou resposta, considera que o PDHC desde o início de sua formação foi pensado para ser um modelo referencial de assessoria técnica para os agricultores familiares do semiárido do Nordeste brasileiro e embora tenha sido testado e aprovado por todos os seus avaliadores nacionais e internacionais, recebendo praticamente nota máxima (escala de 0 a 5) em todas as categorias avaliadas pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA na avaliação realizada em 2010, conforme desempenho extraído do relatório de avaliação descrito no quadro 4, não evoluiu ao ponto de se tornar uma política pública, embora essa solicitação tenha sido feita em vários espaços, inclusive na 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário realizada em Recife no ano de 2008, a partir de conferências estaduais, tal proposição não foi considerada nas conferências seguintes, nem na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), a partir das Conferências Nacionais.

Quadro 4 – Sumário de avaliação do PDHC -FIDA

Sumário de Avaliação do FIDA	
Critérios de desempenho Centrais	
Relevância	5
Efetividade	5
Eficiência	4
<i>Desempenho do Projeto</i>	
	4,7
Impacto sobre a pobreza rural	
Renda e recursos domésticos	5
Empoderamento do capital humano e social	6
Segurança alimentar e produtividade agrícola	5
Recursos naturais e meio ambiente	5
Instituições e políticas	5
<i>Impacto global na pobreza rural</i>	
	5
Outros critérios de desempenho	
Sustentabilidade	4
Inovação, replicação e ampliação de escala	5
<i>Realização do Projeto</i>	
	5
Desempenho dos parceiros	
Desempenho do FIDA	5
Desempenho do Governo	5
Desempenho das ONGs	5

Ao tentar buscar respostas para o porquê da não continuidade ou efetivação do PDHC como política, os entrevistados do grupo 1 foram unânimes em dizer que faltou interesse e poder político dentro da própria SDT e MDA, e dos que formulam as políticas governamentais. Ainda destacaram que embora o projeto fosse “conhecido” pelo governo, sua necessidade não foi compreendida, talvez pela própria concepção inicial de ser voltado para agricultores familiares da Região Nordeste do Brasil, caracterizada historicamente por sua pobreza, pouca visibilidade política no cenário nacional e com poucas ações voltadas para esse setor. Assim, em síntese, os grupos 1 e 2 concluíram que embora a metodologia proposta pelo PDHC tenha conseguido dar respostas aos anseios das famílias agricultoras, das entidade de ATER, dos movimento sociais e do território, está não conseguiu unidade e aval em todas as esferas governamentais para ter sua experiência transformada em política permanente de assessoria técnica.

Para os grupos 1 e 3 – a EMATER é vista como importante por sanar algumas necessidades daqueles que procuram os escritórios que estão presentes nos 10 municípios visitados no TSA, por ser um serviço público e permanente, destacando que existe boa vontade dos técnicos desses escritórios em atender o agricultor (a), porém o quantitativo de pessoas e a pouca estrutura operacional impedem qualquer tentativa de um trabalho mais efetivo, sobretudo no campo. Todos os entrevistados do grupo 3 apontaram que o atendimento geralmente acontece nos escritórios e que os principais benefícios são a emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP/PRONAF, Seguro Safra, Declaração de Vacinas e Distribuição de Sementes, além de algumas ações do PAA. Segundo estes em alguns escritórios chega a faltar material de expediente e insumos básicos para o atendimento ao público, onde alguns servidores desta autarquia chegam a dispor de recursos próprios em algumas situações para não deixar de realizar o serviço. Embora os seus objetivos estejam de acordo com a Política Nacional de ATER, os dados colhidos apontam para uma distância desta, na implementação desses objetivos, sobretudo pelo trabalho generalista de base tradicional, pela indisponibilidade de pessoal e pelo formato operacionalizador, com foco em apenas algumas políticas públicas governamentais, sem atender na totalidade à unidade familiar. Atualmente o que se tem nos municípios, é em média, dois técnicos para atender a demanda municipal (agricultores familiares que se enquadram nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), conforme quadro 5 elaborado a partir de dados da Regional de Umarizal/RN:

Quadro 05 - Quantitativo técnico e abrangência da EMATER em 10 municípios

MUNICÍPIOS	EMATER	
	Nº de Técnicos	Abrangência**
Apodi	6	Municipal
Campo Grande	1	Municipal
Caraúbas	3	Municipal
Felipe Guerra	1	Municipal
Governador	2	Municipal
Janduis	1	Municipal
Olho D'água	1	Municipal
Rafael Godeiro	1	Municipal
Umarizal	4*	Municipal
Upanema	2	Municipal
* escritório local e regional		
** todos os agricultores familiares que se enquadram nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar		

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Com relação às expectativas em relação aos serviços de ATER no tocante ao cumprimento de metas e prazos, 100% dos agricultores(as) entrevistados se disseram satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelo PDHC em suas áreas, afirmando que suas expectativas foram atendidas e que a execução das atividades aconteceu de acordo com o que foi planejado. Já para os agricultores que conhecem apenas o trabalho da EMATER, 50% mencionaram satisfação às expectativas com os serviços recebidos e os demais que este ainda deixou a desejar. Considerando todas as entrevistas, as visitas e a análise documental podemos fazer o seguinte resumo comparativo entre essas duas formas de ATER:

Quadro 06 – Resumo comparativo entre a ATER do PDHC e EMATER conforme entrevistas:

Item	PDHC	EMATER
Orientação base	PNATER	PNATER
Missão/objetivo	Fortalecer processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras, em parceria com os demais sujeitos ligados direta ou indiretamente com esse desenvolvimento, na perspectiva da convivência com o Semi-árido, gerindo recursos sócio-políticos, ambientais, culturais, econômicos e tecnológicos nos territórios selecionados pelo Projeto.	Contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável.
Atendimento	Coletivo e individual	Individual e coletivo
Público	Agricultores familiares	Agricultores em geral
Relação técnico por família prevista e real	1/98 - 1/98	1/100 – 1/591
Abrangência	10 municípios do TSA	Estadual
Quantidades de famílias atendidas nos 10 municípios do TSA	2.332	13.006 agricultores (Sistema CERES EMATER, 2016)
Quantidades de técnicos disponíveis	24	22
Atuação baseada	Na unidade familiar	Nos projetos(demanda)
Formação das equipes	Multidisciplinar	Agrárias

Concentração da ação	No campo	No escritório local
Periodicidade das visitas	Semanal ou por solicitação do agricultor	Bimestral ou por solicitação do agricultor
Execução	ONG's – Sociedade Civil	Governo – Efetivos e estagiários.
Estrutura disponível	Sede e estrutura das ONG's prestadoras de ATER	Sede Governamental ou cessão com parceiros locais
Monitoramento/controle	Planejamento e acompanhamento mensal(PMA), Fichas de Acompanhamento, controle dos beneficiários, Relatórios trimestrais, Sistema ATP, Comitê Territorial, Supervisão local e UGP.	Planejamento anual, Sistema CERES (alimentado por apenas 03 dos 10 municípios), não dispõe de ouvidoria.
Principais pontos positivos	A ATER ser permanente com forte presença de campo, ter equipes multidisciplinares, considerar a realidade e o saber local e ter base agroecológica.	Ser uma autarquia permanente sem tempo pra acabar e estar presente em todos os municípios.
Principais pontos negativos	Ter encerrado o projeto, ter recursos limitados e rotatividade de técnicos.	Pouca estrutura física e pessoal disponível, pouca presença de campo, trabalhar apenas por programas, não atender toda a unidade familiar e ter pacotes prontos.
Prática de campo	Voltada para a agroecologia	Agricultura tradicional com possibilidade de conversão.

Fonte: dados da pesquisa (2016).

As informações do quadro 06 procuram sintetizar de forma comparativa as informações colhidas levando – nos a entender que a EMATER tem uma trajetória longa e tem uma contribuição significativa para a agricultura como um todo, sendo uma forma legal de organizar o serviço de extensão e posteriormente de ATER. O problema é que ao longo do tempo, sem os investimentos adequados, ficou “sucateada” e não conseguiu acompanhar os avanços no campo produtivo de forma a ter uma sincronia com o ambiental, nem na parte metodológica, enfrentando uma queda na sua qualidade, que parece ser comum em qualquer universalização e padronização de política. Desta forma se tornou uma missão muito complicada e de certa forma impossível, atender com qualidade todo o universo da agricultura do território e do estado com a estrutura e os números já apresentados no quadro anterior. Assim, observa-se que metodologias participativas e totalmente voltadas para a convivência com o semiárido, ainda não foram incorporadas pela EMATER e que as inovações que se percebe, ao longo desta pesquisa, foram agregadas a instituição através da chegada de novos profissionais, oriundos de concursos públicos, onde alguns destes, de forma particular, trouxeram consigo uma formação diferenciada de perceber a ATER. A pesquisa ainda nos mostra que o tamanho do alcance que a EMATER precisa ter a prejudica no atendimento, pois a sua estrutura não está preparada para esse quantitativo de famílias agricultoras.

O PDHC por sua vez, trouxe para dentro de sua formação o acúmulo das discussões do movimento sindical e social, além de alguns segmentos das universidades que também contribuíram para a sua concepção e implementação. O método apresentado aos agricultores tem uma sequência lógica que parte das ações de intercâmbio, seguidas de um processo de formação e experimentação até o investimento do recurso e a apoio a organização e comercialização dos agricultores, tendo ainda neste, espaço a possibilidade de sistematizar e difundir cada experiência com uma metodologia prática, simples e aplicável. Essa abordagem e as falas dos beneficiários deixam clara a contribuição do projeto às organizações e o fortalecimento as associações, por apostar na valorização do trabalho coletivo, entendendo que dentro deste também é possível trabalhar individualmente e desenvolver ações que embora isoladas contribuam para o todo, a exemplo do trabalho desenvolvido num canteiro de hortas onde cada um pode fazer sua parte, sendo esta também uma inovação.

Outra diferença interessante que embora já pudesse ter sido superada está na formação das equipes que conforme depoimento do grupo 3 deveriam ser multidisciplinares de forma atender a toda a unidade familiar e também oportunizando, com a chegada de formações diferentes, olhares e formas diferenciadas de perceber a realidade local e pensar a agricultura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das informações obtidas nessa pesquisa, onde se procurou fazer um estudo comparativo entre o modelo de assessoria técnica convencional, neste caso o da EMATER e aquele desenvolvido pelo Projeto Dom Helder Câmara - PDHC em Assentamentos/Comunidades rurais do Território Sertão do Apodi/RN, considerando para tal a avaliação dos beneficiários de ambos, e a forma como as tecnologias chegam aos agricultores envolvidos, observamos que, os dois modelos consideram as orientações estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER possuindo metodologias diferenciadas, embora sua atuação esteja voltada para o mesmo público. Os dados colhidos mostram que a EMATER como autarquia pública apresenta um trabalho voltado para a execução de programas governamentais, focado em demandas específicas, com profissionais generalistas, tendo pouca estrutura e pouco pessoal para realizar um acompanhamento local as famílias, tendo sua ação mais concentrada nos escritórios locais.

Os grupo 1 e 3 apontam para a necessidade de melhoria dos serviços ofertados em sua metodologia, estrutura, quadro funcional e qualificação/capacitação técnica. Do outro lado aparece o PDHC, de caráter experimental, e embora governamental, é executado pela sociedade civil, cuja perspectiva é gerar e difundir referências que possam orientar políticas para esta região, sendo um instrumento de desenvolvimento sustentável e enfrentamento da pobreza, considerando a autonomia e o protagonismo das famílias, tendo por base a agroecologia. O modelo proposto pelo projeto tem a avaliação positiva de todos os entrevistados, sendo apontado por estes como alternativa viável para atender as carências do agricultor familiar, conseguindo através do tripé – assessoria técnica – investimento e capacitação alcançar resultados positivos na geração de renda e melhoria na qualidade de vida das famílias, embora ainda apresente pontos a serem melhorados como a área de abrangência e os valores orçamentários. Uma fragilidade identificada nesta pesquisa mostra que embora a experiência do PDHC tenha tido mais de 10 anos, alguns agricultores ainda não estavam preparados para a interrupção do serviço, ou tinham a autonomia necessária, o que causou o enfraquecimento de algumas ações em andamento, sobretudo na organização das associações, embora o mesmo impacto não tenha ficado tão evidenciado nas atividades produtivas que em sua maioria continuam a ser desenvolvidas pelas famílias. Uma explicação pode estar ligada

ao fato das ações produtivas dependerem muito da unidade familiar e a gestão da associação estar mais focada no coletivo das comunidades/assentamentos.

As entrevistas realizadas com os grupos 1 e 2 que têm vivência dos dois modelos, revelam que a assessoria técnica dada às famílias deve considerar toda a unidade familiar, envolvendo em suas ações jovens e mulheres, suas tradições, capacidades e saber local, além de considerar a realidade e os recursos naturais e sociais envolvidos no campo. Um fato que ficou claro para a execução de uma política de ATER, é a realização de arranjos e parcerias para além das comunidades/assentamentos, envolvendo todas as esferas possíveis, do local ao nacional, pois os maiores sucessos ligados à estratégia do PDHC no território estão ligados à articulação institucional para captação de recursos e realização de grandes ações. Ainda se constatou que o papel do técnico é fundamental na implementação das ações, não como transmissor de conhecimentos, mas numa relação mútua, de troca de saberes e informações, estabelecendo um diálogo entre teoria e prática.

As tecnologias utilizadas pelo PDHC, não surgiram de pacotes prontos, mas das fragilidades locais, sendo planejadas e concebidas junto com os agricultores, como forma de enfrentar as dificuldades características da região, considerando que existem diferenças em cada comunidade/assentamento e nos próprios agricultores familiares (que possuem saberes distintos) que são significativas para a implantação de qualquer inovação ou novidade.

Já a EMATER ainda aparece com sua capacitação tecnológica limitada apenas ao processo tradicional de inovação, e busca em sua atualidade romper esses limites, a partir de informações e técnicas que possam ajudar aos agricultores a buscar suas próprias soluções, com a apropriação do saber e das novidades tecnológicas necessárias à sua localidade e região. Tais tecnologias, nos dois casos, além de discutidas, devem ser apropriadas pelas famílias, que através da capacitação e experimentação passam a ser agentes multiplicados de conhecimentos e experiências que podem ser replicadas.

Um dado importante considerado ao longo da pesquisa foi saber a percepção dos entrevistados sobre o papel da assessoria técnica, e estes quando questionados mostraram ter entendimento sobre o conceito, e clareza da sua importância para a agricultura familiar, bem como da qualidade do serviço que gostariam de ter, seja ele oferecido pela EMATER ou pelo PDHC, recorrendo a palavras como: ajudar, apoiar, contribuir, orientar, trocar, descobrir, conhecer, capacitar, melhorar e mediar na hora de opinarem sobre o assunto. Nos grupos 1, 2 e 3 – as falas concordam que com o investimento adequado em estrutura e pessoal, e considerando experiências e metodologias de ATER, a exemplo do PDHC autarquias como a

EMATER teriam melhores condições de atender aos agricultores e agricultoras de forma mais adequada e satisfatória.

Analisando as perspectivas apresentadas, o resultado desta pesquisa reforça que a ATER ideal para a agricultura familiar se aproxima do postulado por Silva (2008) quando diz que o trabalho próprio de ATER em campo deve ser entendido como um processo de troca de saberes entre o técnico e o produtor familiar e que este saber não é unilateral e que o diálogo mútuo é necessário envolvendo a decisão do homem e da mulher. Este conceito é reforçado nas palavras de Freire (1983) que propõe o ensino na base do diálogo, da liberdade e do exercício de busca ao conhecimento participativo e transformador, que esteja disposta a considerar o ser humano como sujeito de sua própria aprendizagem e não como um objeto sem respostas e saber e que sua vivência, sua realidade e essencialmente sua forma de enxergar e ler o mundo precisam ser considerados para que esta aprendizagem se realize. Assim o trabalho da ATER deve caminhar na perspectiva de levar conhecimentos através de uma ação educativa, mas de forma que o conhecimento técnico dialogue com o saber local de forma a resultar em avanços e formas viáveis de contribuir para o meio rural e seu desenvolvimento, que deve estar em harmonia com o meio ambiente, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e social que tenham em sua concepção a base agroecológica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação.** XLV Congresso do SOBER, 22 a 25/07/2007, Londrina/PR. Mesa redonda: Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos. Londrina/PR, 17 p., 2007.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** 3º módulo do curso regional de formação político-sindical da região Nordeste, 23 p., 2007.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 592 p., 2002.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da Prática Escolar.** 14. Ed. São Paulo: Papirus: Séries práticas Pedagógicas, 1999.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Líber Livro, Série Pesquisa, v. 13, 2005.

ARMANI, D. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais.** Porto Alegre: Tomo/AMENCAR, 2000.

AZEVEDO, M.A, JALFIM, F.T. BLACKBURN, R.M. **A experiência do Projeto Dom Helder Câmara no apoio à educação contextualizada.** www.aba-agroecologia.org.br/revistas, 2013.

ATOS – Assessoria, Consultoria e Capacitação técnica Orientada Sustentável

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4ª ed. Lisboa, 70, 2009.

BELTRÃO, K.I., OLIVEIRA, F.E.B. e PINHEIRO, S.S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais.** Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº 759, setembro de 2000, 26 p., 2000.

BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. Antonio Márcio Buainain; colaboração de Hildo Meireles de Souza Filho. – Brasília. – Brasília: IICA, 2006. 136 páginas.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p., 1988.

CARVALHO, J.C.M. **O Desenvolvimento da agropecuária brasileira: da agricultura escravista ao sistema agroindustrial.** Brasília: EMBRAPA-SPI, 171p., 1992.

Ceres Cidadão – Sistema de Informação e Gerenciamento do Campo - <http://cerescidadao.rn.gov.br/> > Acesso em 06 de outubro de 2016.

Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA (CNASI) - <http://www.cnasi.org.br>> Acesso em 24 de junho de 2016.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG - <https://www.contag.org.br>> Acesso em 24 de junho de 2016.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. Ed. São Paulo. Atlas, 2011.

DIAS, M.M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v.1, n.1, 2008.

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – www.emater.rn.gov.br> 2016.

FONSECA, M.T.L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Educação Popular nº 3, 192 p., 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação Rio de Janeiro/RJ**. Ed. Paz e Terra, 93 p., 1983. Fundo: EDIUPF, Cap. 1, p. 21-55, 1999.

GAMBOA, S.S. **Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica**. In GAMBOA, S.S.; SANTOS FILHO, J.C. (Org.) Pesquisa Educacional: Quantidade-Qualidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época; V. 42, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUANZIROLI, C. H., BUAINAIN, A. M. e DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

GURGEL, R.F.S. e OLIVEIRA, K.B. Os impactos na renda das famílias da Comunidade de Sombras Grandes e Milagres: o caso do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC. **Revista Holos**. IFRN, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. IBGE, Rio de Janeiro, 777p., 2009.

JONES, G.E., GARFORTH, C. **The history, development, and future of agricultural extension**, in Swanson, Burton E., Bentz, R.P., Sofranko, A.J. (eds.). Improving agricultural extension - A reference manual. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 316 p., 1997.

JORNAL DO COMERCIO. **Governo suspende liberação de crédito para assentamentos**. Recife: Jornal do Comércio, 2000.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 336 p., 1993.

LUCCI, Elian Alabi et al. **Geografia geral e do Brasil**. Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUES, P.E.M., SILVEIRA, M.Â. e CÓRDOVA, T.G.Z. **Um balanço da pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil: o caso da Embrapa**. VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural 20-24 de noviembre del 2006 - Quito, Ecuador, 2006.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Versão Final: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater, 22p., 2004.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alimentos para o Brasil. Plano safra da agricultura familiar**. 2014-2015, Cartilha, 31p., 2015.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ceres Cidadão: Agricultura familiar na palma da mão**. Cartilha, 6p., 2015. [www.mda.gov.br/sitemda/sites/.../Oficial%20Emater-RN%20\(%20comunicação\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/.../Oficial%20Emater-RN%20(%20comunicação).pdf)> Acesso em 10 de setembro de 2016.

NOGUEIRA, J. M.; FROHLICH, A. G. **Inovações Tecnológicas, Meio Ambiente e Agricultura: Desafios para a Sustentabilidade em Mato Grosso**. <http://www.sober.org.br/palestra/13/488.pdf>. Acesso em: 21 junho 2016.

Novo retrato da Agricultura Familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 523 p., 1996.

PADILHA, R. Extensão rural no Brasil. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v'.15, n.4, 1984.

PDHC – **Projeto Dom Helder Câmara. Relatório Físico-Financeiro Ações Desenvolvidas 2001-2006. Versão preliminar**. Recife, FIDA e SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2006a.

PDHC – **Projeto Dom Helder Câmara. Sistemas de produção sustentáveis, assessoria técnica e organização da produção agropecuária na perspectiva territorial: a experiência do Projeto Dom Helder / SDT / MDA / FIDA**. Recife, 2006b.

PDHC – **Projeto Dom Helder Câmara. Termo de Referência Para Estudo de Caso nas Áreas Temáticas de Sistematização- Estratégia de Assessoria Técnica do PDHC**. Recife, 2008.

PDHC – **Projeto Dom Helder Câmara. Relatório Físico - Financeiro, Ações, Resultados e Impactos.** Recife, PDHC/MDA/FIDA, 2009.

PDHC – **Projeto Dom Helder Câmara. Unidade Local de Supervisão – ULS,** Apodi/RN, 2016.

PDHC, FETAPE. **Empoderamento de Organizações de Base para o Desenvolvimento Territorial no Semiárido Brasileiro. Sistematização de Experiências do Projeto Dom Helder Câmara.** Documento de Projeto. Recife, FIDA e PDHC (SDT), 2007.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Senado Federal: Textos para Discussão nº 48, 27 p., 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PORTAL DA EMBRAPA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/web/agropensa/opinioio>. Acesso em: 21 junho 2016.

QUEDA, O; SZMRECSÁNYI, T. **O papel da educação escolar e da assistência técnica.** In SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (orgs) *Vida rural e Mudança Social.* São Paulo/SP: Editora Nacional, 1972. p. 271-294

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR)** Curitiba, UFPR, Dissertação de mestrado, 2005.

SIDERSKY,P.R., JALFINF.T., ARAÚJO,E.R. **A estratégia de assessoria técnica do Projeto Dom Helder Câmara,** 2ª Ed., Recife, PE: Projeto Dom Helder Câmara, 166P., 2010.

SILVA, R.R.; BRANDÃO, D.B. **Os quatro elementos da avaliação.** Disponível em: <www.fonte.org.br>. Acesso em: 02 maio 2013.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: BNB, Série BNB Teses e Dissertações. Nº 12, 2008.

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. **Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável.** In MELO, C., et.al. **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários.** Fundação Banco do Brasil, p. 124-140. São Paulo/SP, Plublisher Brasil, 2009.

SILVA, R. P. As especificidades da nova ater para a agricultura familiar. **Revista NERA,** ano 16, nº. 23, Presidente Prudente-SP, p. 150-166, 2013.

SOARES. S, SOUZA. L., SILVA. W., GAIGER. F. **Perfil da Pobreza: norte e nordeste rurais.** Estudo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2016.

SOARES, J.S. Extensão Rural. Brasília: Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Audiência Pública, outubro de 2007.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2ª. ed. Passo, 1999.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (ATER EMATER)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Beneficiários de outra forma de ATER)

1. Qual a seu entendimento sobre assessoria técnica?
2. Você já receberam algum tipo de Assistência Técnica na sua Comunidade? Qual?
3. A partir de Quando? Continua?
4. Com que frequência acontece o acompanhamento técnico? (caso a resposta a pergunta anterior seja positiva)
5. O que é feito durante as visitas?
6. Você observou mudanças a partir desse serviço? Quais?
7. Além da Assessoria Técnica, na sua Comunidade/Assentamento você recebeu algum projeto de investimento? Se sim, quais?
8. Você participa/participou de algum? Em caso positivo qual e porquê?
9. Como esses projetos foram escolhidos? Quem escolheu?
10. Você já participou de alguma capacitação?
11. Na sua opinião, houve contribuição para as associações/assentamentos, a partir da intervenção desta Assessoria?
12. Na sua opinião, houve contribuição para o seu Município com a presença desta Prestadora de ATER? Em caso positivo dê exemplos?
13. Quais os pontos positivos e negativos na sua opinião?
14. Como você avalia esse modelo de Assessoria? Tem sugestões?
15. As expectativas que você tinha sobre a assessoria se concretizaram ou não?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (ONGs)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Dirigentes e Técnicos das ONGs)

1. Qual a seu entendimento sobre assessoria técnica?
2. Quando iniciou a parceria do PDHC com esta organização?
3. Foi feita alguma seleção? Como se deu o processo?
4. Em quantos Municípios e Comunidades vocês trabalham pelo PDHC?
5. Como está formada a equipe técnica?
6. Como as ações a serem realizadas são definidas?
7. Você trabalha, trabalhou ou conhece outro projeto de ATER?
8. Existe diferença entre eles? Se sim, quais?
9. Com que frequência acontecia o acompanhamento técnico?
10. Você já participou de alguma capacitação via PDHC? Em caso positivo qual?
11. Na sua opinião, houve contribuição para as associações/assentamentos, a partir da intervenção desta Assessoria?
12. Existe algum tipo de monitoramento/acompanhamento por parte do PDHC? Se sim detalhe esse processo.
13. Como é feito acompanhamento das famílias? Elas tem algum controle sobre a ATP?
14. O PDHC trouxe alguma novidade tecnológica? Em caso positivo especifique quais?
15. Houve descontinuidade? Porque?
16. Quais os pontos positivos e negativos na sua opinião?
17. Como você avalia esse modelo de Assessoria do PDHC? Porque o modelo do PDHC não teve sequencia como política pública?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA (Poder Público e STRs)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Poder Público e STRs)

1. Qual a seu entendimento sobre assessoria técnica?
2. Quando iniciou a parceria do PDHC com esta organização?
3. Há quanto tempo você conhece o trabalho do PDHC em seu Município?
4. Existem outras prestadoras de ATP em seu Município? Como funcionam?
5. Existe diferença entre esses serviços? Quais? Detalhe:
6. Você percebeu diferença entre as áreas que tem a Assessoria do PDHC para as que não têm??
7. Além da Assessoria Técnica, você conhece projetos financiados pelo PDHC no seu Município? Se sim, quais e onde?
8. Você já participou de alguma capacitação via PDHC?
9. Na sua opinião, houve contribuição para as associações/assentamentos, a partir do PDHC? Em caso positivo cite algumas?
10. Na sua opinião, houve contribuição para o município/território a partir da intervenção desta Assessoria? Em caso positivo especifique.
11. Houve descontinuidade? Porque?
12. Quais os pontos positivos e negativos na sua opinião?
13. Como você avalia esse modelo de Assessoria do PDHC? Porque o modelo do PDHC não teve sequencia como política pública?
14. Como os serviços de ATER poderiam ser melhorados?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PDHC)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Diretor/Equipe do PDHC)

1. Qual a seu entendimento sobre assessoria técnica?
 2. Quando iniciou o PDHC?
 3. Qual a estrutura organizacional do projeto?
 4. Qual a sua áreas de atuação e como estas foram selecionadas?
 5. Quais os objetivos do Projeto?
 6. Quais as principais metas? Elas foram atingidas?
 7. Qual a estrutura disponível do PDHC? E nos territórios como acontece essa gestão?
 8. Como são feitos os contratos com as ONGs? E qual a duração destes contratos?
 9. Como se dá o monitoramento desses contratos?
 10. Como está formada a equipe técnica?
 11. Quantas famílias são atendidas no TSA?
 12. Como está formada a equipe técnica neste território?
 13. Como as ações a serem realizadas são definidas?
 14. Qual a importância do Colegiado Territorial?
 15. Como é feito o repasse financeiro?
 16. Em sua opinião, quais as principais contribuições do PDHC para os Territórios rurais?
- Cite pontos positivos e negativos.
17. Quais as principais ações desenvolvidas no TSA?
 18. O PDHC trouxe avanços tecnológicos? Em caso positivo especifique quais?
 19. Houve descontinuidade? Porquê?
 20. Quais os pontos positivos e negativos em sua opinião?

21. Como você avalia esse modelo de Assessoria do PDHC?
22. Quais as perspectivas de continuidade em relação ao projeto?
23. Porque o modelo do PDHC não teve sequencia como política pública?
24. Como os serviços de ATER poderiam ser melhorados?
25. Cite outros elementos que considere importantes.

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA (PRESIDENTES DE ASSOCIAÇÕES E BENEFICIÁRIOS)



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Presidentes de Associações e Beneficiários)

1. Qual o seu entendimento sobre assessoria técnica?
2. Quando iniciou o trabalho do PDHC na sua Comunidade?
3. Como foi feita essa escolha?
4. Vocês recebiam algum tipo de assessoria antes? Qual?
5. Com que frequência acontecia o acompanhamento técnico? (caso a resposta a pergunta anterior seja positiva)
6. Existe diferença entre esses serviços? Quais?
7. Com que frequência acontece/aconteciam as visitas da ATP do PDHC?
8. Além da Assessoria Técnica, sua Comunidade/Assentamento receberam algum projeto de investimento via PDHC? Se sim, quais?
9. Você participa/participou de algum? Em caso positivo qual e porquê?
10. Como esses projetos foram escolhidos? Quem escolheu?
11. Você já participou de alguma capacitação via PDHC?
12. Na sua opinião, houve contribuição para as associações/assentamentos, a partir da intervenção desta Assessoria?
13. Na sua opinião, houve contribuição para o seu Município/Território a partir do PDHC?
Cite exemplos:
14. Quais os pontos positivos e negativos na sua opinião?
15. Como você avalia esse modelo de Assessoria do PDHC?
16. As expectativas que você tinha sobre a assessoria se concretizaram ou não?

17. Porque o modelo do PDHC não teve sequencia como política pública?
18. Como os serviços de ATER poderiam ser melhorados

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA (EMATER)**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE****ROTEIRO DE ENTREVISTA****(Técnicos da EMATER)**

1. Qual a seu entendimento sobre assessoria técnica?
2. Quando iniciou o seu trabalho na EMATER?
3. Qual a estrutura organizacional da Instituição?
4. Qual a sua área de atuação e como estas foram selecionadas?
5. Quais os objetivos? Quais as principais metas? Elas foram atingidas?
6. Qual a estrutura disponível? E nas regionais e escritórios como acontece essa gestão?
7. Como são feitos as ações? Como acontece a seleção?
8. Como se dá o monitoramento?
9. Como está formada a equipe técnica?
10. Quantas famílias são atendidas no TSA?
11. Qual a importância do Colegiado Territorial?
12. Como é feito o repasse financeiro?
13. Em sua opinião, quais as principais contribuições da EMATER para os Territórios rurais? Cite pontos positivos e negativos.
14. Quais as principais ações desenvolvidas no TSA?
15. E os avanços tecnológicos? Em caso positivo especifique quais?
16. Quais os pontos positivos e negativos em sua opinião?
17. Como você avalia esse modelo de Assessoria do PDHC?
18. Como os serviços de ATER poderiam ser melhor?
19. Cite outros elementos que considere importante: